

Plano de Ação de Reserva da Biosfera da Ilha do Corvo

Índice

1. Preâmbulo
2. Introdução
3. A Reserva da Biosfera da Ilha do Corvo
 - 3.1 Dados Gerais e Contexto
 - 3.2 Caracterização e Diagnóstico
4. Plano de Ação 2020-2025 da Reserva da Biosfera da Ilha do Corvo
 - 4.1 Visão e Missão e Objetivos
 - 4.2 Estrutura do Plano de Ação
 - 4.2.1 Fichas de Ação
 - A – A Rede Mundial de Reservas da Biosfera como modelo funcional para o desenvolvimento sustentável
 - B - Colaboração inclusiva, dinâmica e orientada para os resultados e dinâmicas de rede dentro do Programa MaB e da Rede Mundial de Reservas da Biosfera
 - C - Parcerias externas eficazes, financiamento suficiente e sustentável para o Programa MaB e para a Rede Mundial de Reservas da Biosfera
 - D - Comunicação, informação e divulgação de dados de forma inteligível, moderna, aberta e transparente
 - E - Governança efetiva do programa MaB da Rede Mundial de Reservas da Biosfera e no interior destas

Índice de Figuras

- Figura 2.1_ Linha temporal do enquadramento da RBIC
- Figura 3.1_ Zonamento da Reserva da Biosfera da Ilha do Corvo
- Figura 4.1_ Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 das Nações Unidas (Fonte: <https://www.ods.pt/ods/>)
- Figura 4.2_ Estrutura do Plano de Ação da RBIC

Índice de Quadros

- Quadro 3.1_ Diagnóstico SWOT à RBIC
- Quadro 4.1_ Ações do Plano de Ação para as RB de Portugal a considerar – Área Estratégica A: A Rede Mundial de Reservas da Biosfera como Modelo de Desenvolvimento Sustentável
- Quadro 4.2_ Ações do Plano de Ação para as RB de Portugal a considerar – Área Estratégica B: Colaboração inclusiva, dinâmica e orientada para os resultados e dinâmicas de rede dentro do MaB e da RMRB
- Quadro 4.3_ Ações do Plano de Ação para as RB de Portugal a considerar - Área Estratégica C: Parcerias Externas eficazes, financiamento suficiente e sustentável para o Programa MaB e para RMRB
- Quadro 4.4_ Ações do Plano de Ação para as RB de Portugal a considerar – Área Estratégica D: Comunicação, informação e divulgação de dados de forma inteligível, moderna, aberta e transporte
- Quadro 4.5_ Ações do Plano de Ação para as RB de Portugal a considerar – Área Estratégica E: Governança Efetiva do Programa MaB, da RMRB e no interior das RB

1. Preâmbulo

O presente documento concretiza a proposta para o Plano de Ação da Reserva da Biosfera da Ilha do Corvo e resulta de um projeto conjunto, da iniciativa da Secretaria Regional da Energia, Ambiente e Turismo, através da Direção Regional do Ambiente, para o desenvolvimento dos Planos de Ação das Reservas da Biosfera da Região Autónoma dos Açores – Corvo, Flores, Graciosa e Fajãs de São Jorge e ainda do Programa Integrado de Desenvolvimento Sustentável das Fajãs de São Jorge.

A elaboração dos Planos de Ação das Reservas da Biosfera da Região Autónoma dos Açores foi determinada pela Resolução do Conselho do Governo n.º 65/2017, de 22 de junho, tendo as respetivas propostas sido submetidas a discussão pública.

De acordo com o artigo 52.º do Decreto Legislativo Regional n.º 15/2012/A, de 2 de abril, cada Reserva da Biosfera é dotada de um plano de ação, aprovado por portaria do membro do Governo Regional competente em matéria de ambiente, do qual devem constar as ações a desenvolver, bem como conter um programa de educação ambiental específico e as ações de promoção interna e externa necessárias para a realização dos objetivos fixados para as reservas da biosfera no âmbito do Programa MaB da UNESCO.

2. Introdução

O **Programa Man & the Biosphere (MaB)** é um programa científico da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), criado em 1971 numa perspetiva de promover o equilíbrio entre as sociedades humanas e os ecossistemas naturais.

Inicialmente muito centrado na conservação da natureza, foi-se adaptando aos novos desafios globais e atualmente tem como objetivo último a conservação da biodiversidade e do património cultural, a promoção do desenvolvimento económico sustentável e a melhoria da qualidade de vida das populações.

Os principais objetivos concretizam-se através da designação de Reservas da Biosfera (RB), territórios onde existe um mosaico de ecossistemas importantes e representativos de uma determinada região biogeográfica que funcionam como laboratórios vivos, onde se ensaiam iniciativas de conservação, promoção e utilização sustentável dos recursos endógenos em cooperação entre as populações e os atores de desenvolvimento local.

Para além da conservação da biodiversidade, as Reservas da Biosfera, enquanto áreas piloto e laboratórios de sustentabilidade onde se promovem iniciativas inovadoras e a transferência de conhecimento para outros territórios, são também espaços de apoio ao desenvolvimento de práticas e implementação de estratégias nas áreas do Desenvolvimento Sustentável e das Alterações Climáticas.

As Reservas da Biosfera foram, assim, concebidas para responder a uma das questões mais essenciais que o mundo enfrenta hoje:

Como conciliar a preservação da biodiversidade e dos recursos com o seu uso sustentável?

As Reservas da Biosfera são áreas de ecossistemas terrestres ou costeiros/marinhos ou uma combinação de ambos, reconhecidas internacionalmente como tal no âmbito do Programa MaB. Estabelecem-se em zonas ecologicamente representativas ou de valor único, nas quais a integração da população humana e das suas atividades são essenciais. Devem contribuir para preservar e manter os valores naturais e culturais através de uma gestão sustentável, apoiada em bases científicas corretas e na criatividade cultural.

Para a gestão das RB foi criada a **Rede Mundial de Reservas da Biosfera (RMRB)**, que consiste numa rede dinâmica e interativa de territórios de excelência e que tem como objetivo promover a integração e simbiose harmoniosa entre as pessoas e a natureza, rumo ao desenvolvimento sustentável, através do diálogo participativo, a partilha de conhecimento, a redução da pobreza, a melhoria do bem-estar humano, o respeito pelos valores e o desenvolvimento de capacidades para lidar com a mudança no mundo.

Esta rede abrange, atualmente, 701 RB em 124 países, incluindo 21 RB transfronteiriças em 31 países.

Esta rede pretende também promover a cooperação entre os diferentes territórios classificados como RB e constitui um instrumento único para a colaboração internacional através da troca de experiências e conhecimentos especializados, o desenvolvimento das capacidades e a promoção das melhores práticas.

É uma rede de ecossistemas naturais dedicada à pesquisa interdisciplinar, capacitação, gestão e experimentação, em que são combinados fatores económicos, ambientais e sociais alternativos e inovadores para o desenvolvimento sustentável.

Este conjunto de territórios coopera através de seis Redes regionais, seis Redes sub-regionais e sete Redes de ecossistemas específicos.

A nível nacional, em setembro de 2016 foi criada a **Rede Nacional de Reservas da Biosfera (RNRB)** da UNESCO. A RNRB foi uma iniciativa da Comissão Nacional da UNESCO e é coordenada por uma Comissão, à qual compete assegurar o acompanhamento das suas atividades e convocar e dirigir as respetivas reuniões, sendo constituída por dois gestores das Reservas da Biosfera e pela própria Comissão Nacional da UNESCO.

Esta Rede tem como objetivos promover a aproximação entre as Reservas da Biosfera portuguesas, o intercâmbio de conhecimentos, a participação conjunta em projetos e iniciativas de promoção e divulgação dos territórios, colaborando na difusão do conceito de Reserva da Biosfera em Portugal e no Mundo.

Portugal que está associado ao Programa Man & the Biosphere desde finais de 1981, contribui, atualmente, com 11 Reservas da Biosfera, 3 das quais de natureza transfronteiriça – Gerês/Xurê, Meseta Ibérica e Tejo Internacional.

Na Região Autónoma dos Açores foram criadas quatro reservas da Biosfera, Corvo e Graciosa em 2007, Flores em 2009 e Fajãs de São Jorge em 2016, que passaram a fazer parte da Rede Mundial de Reservas da Biosfera da UNESCO, por decisão do Bureau do Conselho Internacional de Coordenação do Programa MAB (Homem e Biosfera).

As Reservas da Biosfera devem cumprir de forma integrada três funções:

- **Conservação:** Contribuir para a conservação da biodiversidade, incluindo os ecossistemas, espécies e variedades, bem como as paisagens onde se inserem;
- **Desenvolvimento Sustentável:** Fomentar o desenvolvimento económico que seja sustentável do ponto de vista sociocultural e ecológico;
- **Suporte logístico:** Criar condições logísticas para a realização de projetos demonstrativos, para a produção e expansão do conhecimento e para a educação ambiental, bem como para as pesquisas científicas.

De notar que a gestão das Reservas da Biosfera pretende ser um modelo de desenvolvimento centrado na conservação dos patrimónios ambiental e cultural. Neste sentido, o Decreto Legislativo Regional n.º 15/2012/A, de 2 de abril que aprova na RAA o regime jurídico da conservação da natureza e da proteção da biodiversidade, contempla uma secção para as reservas da Biosfera (Secção V) onde são afixados os seguintes os objetivos das reservas da Biosfera (artigo 51.º), os Planos de Ação (artigo 52.º), a Gestão das reservas da biosfera (artigo 53.º) e o Conselho de gestão da reserva da biosfera (artigo 54.º).

Considerando a Visão do Programa MaB: *“Um mundo onde as pessoas são conscientes do seu futuro comum e da interação com o nosso planeta, e atuam de forma coletiva e responsável para construir sociedades prósperas, em harmonia com a Biosfera. O Programa MaB e a sua Rede Mundial de Reservas de Biosfera trabalham para atingir esta visão dentro e fora das Reservas da Biosfera.”*, a sua missão para o período 2015-2025 é:

- Desenvolver e fortalecer modelos para o desenvolvimento sustentável na RMRB;
- Comunicar experiências e lições aprendidas, facilitando a difusão e a aplicação global desses modelos;

- Fomentar a avaliação e a gestão, as estratégias e as políticas de qualidade para o desenvolvimento e planeamento sustentáveis, bem como apoiar as instituições responsáveis e resilientes;
- Ajudar os Estados-Membros e as partes interessadas a cumprirem urgentemente com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030, através de experiências da RMRB, nomeadamente através do estudo e análise de políticas, tecnologias e inovações para a gestão sustentável da biodiversidade e dos recursos naturais e para a mitigação e adaptação às alterações climáticas.

Tanto a Estratégia MaB 2015-2025 como o Plano de Ação de Lima 2016-2025 assentam na continuidade da Estratégia de Sevilha (1995) e do Quadro Estatutário da Rede Mundial das Reservas da Biosfera e têm por base os resultados da avaliação da implementação do Plano de Ação de Madrid para as Reservas da Biosfera (2008-2013).

Em consonância com a visão e missão do Programa MaB, o Plano de Ação de Lima dá grande ênfase às sociedades prósperas em harmonia com a Biosfera para atingir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e a implementação da Agenda 2030, tanto dentro como fora das reservas da biosfera, através da disseminação global dos modelos de sustentabilidade desenvolvidos nos territórios classificados com esta chancela.

O Plano de Ação de Lima 2016-2025

O Plano de Ação de Lima para o Programa MaB da UNESCO e a sua Rede Mundial de Reservas de Biosfera (2016-2025) contém um conjunto abrangente, embora sucinto, de ações destinadas a assegurar a implementação efetiva da Estratégia MaB 2015-2025.

O Plano de Ação de Lima foi adotado durante o 4.º Congresso Mundial de Reservas da Biosfera, em Lima, no Perú, em 2016, e é apresentado como uma matriz, estruturada de acordo com as 5 áreas de ação estratégica (e que estão na base da elaboração do Plano de ação para as Reservas da Biosfera Portuguesas):

- **A** – A Rede Mundial de Reservas da Biosfera como modelo funcional para o desenvolvimento sustentável;
- **B** - Colaboração inclusiva, dinâmica e orientada para os resultados e dinâmicas de rede dentro do Programa MaB e da Rede Mundial de Reservas da Biosfera;

- **C** - Parcerias externas eficazes, financiamento suficiente e sustentável para o Programa MaB e para a Rede Mundial de Reservas da Biosfera;
- **D** - Comunicação, informação e divulgação de dados de forma inteligível, moderna, aberta e transparente;
- **E** - Governança efetiva do programa MaB, da Rede Mundial de Reservas da Biosfera e no interior destas.

Inclui objetivos a atingir, ações e resultados específicos que contribuirão para a efetiva implementação dos objetivos estratégicos contidos na Estratégia MaB e especifica também as entidades com maior responsabilidade pela sua implementação, juntamente com o âmbito temporal/prazos e os indicadores de desempenho.

Utilizando a Estratégia MaB 2015-2025 e o Plano de Ação de Lima 2016-2025 como pontos de referência fundamentais, os Comitês nacionais e as várias Redes MaB são fortemente encorajados a prepararem as suas próprias estratégias e planos de ação. Estes documentos devem ser fundamentados nas realidades e imperativos nacionais e regionais e contribuirão tanto para a sua reflexão e abordagem como para a implementação do Plano de Ação de Lima a nível global.

O Plano de Ação para as Reservas da Biosfera de Portugal (2018-2025)

É precisamente no seguimento do Plano de Ação de Lima 2016-2025, que o Comité Nacional MaB desenvolve a adaptação do Plano de Ação de Lima à realidade das Reservas da Biosfera nacionais incluindo, as RB Transfronteiriças – Plano de Ação para as Reservas da Biosfera de Portugal 2018-2025. Esse documento, aprovado por todas as RB presentes na Rede Nacional de Reservas da Biosfera e as entidades presentes no Comité nacional MaB, constituiu-se como o guia de bordo da estratégia de ação nos próximos anos.

A nível regional o Decreto Legislativo Regional n.º 15/2012/A, de 2 de abril, refere que “cada reserva da biosfera é dotada de um plano de ação, trienal, do qual devem constar as ações a desenvolver no período” (número 1) e que deve “conter um programa de educação ambiental específico para os residentes na reserva e as ações de promoção interna e externa

necessárias para a realização dos objetivos fixados para as reservas da biosfera no âmbito do Programa Homem e Biosfera da UNESCO” (número 2).

Refere ainda que os planos de ação deverão ainda concretizar os eixos estratégicos de cada uma das Reservas da Biosfera, através de fichas de ação, nas quais se descrevem as principais linhas de atuação realizadas em cada Eixo, o seu contexto e objetivos, os indicadores e o impacto no território, o cronograma e o financiamento previsto.

Assim, prossequindo os objetivos próprios das Reservas da Biosfera, definidos pelo Programa Homem e a Biosfera (MaB), e tendo por base o diagnóstico de necessidades e oportunidades e a análise das problemáticas em cada uma das áreas abrangidas pelas quatro Reservas da Biosfera da Região Autónoma dos Açores (RAA), estes planos de ação devem incidir, de um modo geral, sobre cada um dos respetivos eixos estratégicos de intervenção, mas também dar especial atenção aos problemas comuns relativos à conservação e gestão dos recursos naturais e aos desafios que se colocam ao desenvolvimento socioeconómico sustentável no cômputo geral da RAA. Isto permitirá também concretizar e implementar efetiva e eficazmente o conceito e objetivos da marca “Biosfera Açores”, privilegiando as atuações que permitam a partilha de sinergias, conhecimento (não obstante, tendo sempre em consideração as especificidades de cada ilha abrangida) e cooperação, não só com os respetivos PNI, mas também entre as diferentes ilhas e realidades.

Considera-se também importante prever atuações específicas para consolidar a imagem das Reservas da Biosfera e fomentar a participação social e a integração institucional e sectorial em todo o processo que envolve a programação e implementação do Plano de Ação.

A implementação destes Planos de Ação exigirá a participação ativa de todos os intervenientes, tanto públicos como privados, envolvidos em cada um dos territórios das Reservas da Biosfera e deverão também ser definidos mecanismos de financiamento para garantir de modo continuado a implementação das ações no horizonte de implementação dos planos.

E, neste sentido, importa referir que, sendo os planos de ação aprovados por portaria do membro do Governo Regional competente em matéria de ambiente (número 3 do artigo 52.º), as reservas da Biosfera são atualmente administradas no âmbito do parque natural de ilha onde se localizam (número 1 do artigo 53.º) e o parque natural de ilha fornece o apoio

logístico e administrativo necessário ao funcionamento da reserva (número 2 do artigo 53.º).

Quanto ao conselho de gestão da reserva da biosfera (artigo 54.º), importa considerar que cada reserva da biosfera é dotada de um conselho de gestão com a seguinte composição:

- a) O diretor do parque natural de ilha, que preside;
- b) Um representante de cada um dos departamentos da administração regional autónoma competentes em matéria de economia, agricultura, florestas e pescas, nomeados pelos respetivos membros do Governo Regional;
- c) O presidente de cada uma das câmaras municipais dos municípios em cujo território a reserva se localize, ou um seu representante;
- d) Um representante de cada uma das associações empresariais com atividade na ilha onde se localize a reserva;
- e) Um representante de cada associação agrícola e de pescadores existente na ilha onde se localize a reserva;
- f) Um representante de cada uma das organizações não-governamentais de ambiente com sede ou intervenção na ilha onde se localize a reserva;
- g) Um representante da Secção de Proteção da Natureza e do Ambiente (SEPNA) do Comando Territorial dos Açores da Guarda Nacional Republicana.

Ao conselho cabe:

- a) Dar parecer sobre o plano de gestão da reserva da biosfera e sobre a sua execução;
- b) Acompanhar a gestão da reserva da biosfera;
- c) Promover e autorizar o uso da marca e dos logótipos associados à reserva da biosfera em produtos e serviços;
- d) Sugerir ações e projetos de dinamização e promoção dos objetivos da reserva.

Importa ainda referir que atendendo a que a Gestão das Reservas da Biosfera pretende ser um modelo de desenvolvimento centrado na conservação dos patrimónios ambiental e cultural, sendo a sua gestão na Região atualmente assegurada pelos Parques Naturais de Ilha (PNI), a unidade de gestão base da Rede de Áreas Protegidas da RAA, os Planos de

Ação deverão ser considerados nos planos de gestão e de ação dos PNI das respetivas ilhas. É fundamental assegurar que não se geram conflitos entre planos e respetivas estratégias de ação e intervenção, nem redundâncias ao nível das ações e intervenções e que são maximizadas e potenciais as sinergias entre estratégias de intervenção, em que ambos os planos, para cada ilha, se complementem e se exponenciem mutuamente. Para além dos PNI, os Planos de Ação deverão articular-se com outros instrumentos legais e de planeamento aplicáveis.

O Plano de Ação foi desenvolvido tendo em consideração, e orientado para, a concretização dos seguintes objetivos:

- Otimizar e implementar eficazmente a marca “Biosfera Açores” e os respetivos objetivos subjacentes à sua criação: “realçar os fatores distintivos da Região: Biodiversidade e Geodiversidade de excelência; Calma e natureza inexplorada; Vida marítima; Diversidade de ilhas e paisagens e Produtos locais, permitindo assim colocar esta “Marca” ao serviço do incremento da atratividade do produto “turismo da natureza” e do destino Açores, contribuindo para implementar uma estratégia que vise o desenvolvimento sustentável deste destino turístico”;
- Desenvolver e implementar estratégias e ações que concretizem as funções de Reserva da Biosfera;
- Contribuir e assegurar a conformidade com a Estratégia do MAB 2015-2025 e com o Plano de Ação de Lima para o MAB e para a Rede Mundial das Reservas da Biosfera (2016-2025) (que determina e impulsiona esses espaços como motor para alcançar os objetivos do desenvolvimento sustentável de 2030 e para a luta contra as alterações climáticas e visa orientar a estratégia e as ações que serão empreendidas pelo Conselho Internacional de Coordenação do MAB;
- Implementar e fortalecer modelos de desenvolvimento sustentável dentro das reservas da biosfera, incluindo soluções que protejam e promovam os conhecimentos dos seus habitantes;
- Utilizar estas reservas como locais prioritários para a conservação da biodiversidade e dos seus ecossistemas, assim como para acompanhar as consequências das alterações climáticas, incluindo a sua mitigação e adaptação;

- Implementar estratégias de conservação das reservas da biosfera com as comunidades locais, científicas, juvenis, e nativas, e também com o setor privado.

A figura 2.1 apresenta esquematicamente algumas das etapas mais emblemáticas do processo e caminho da RBIC.

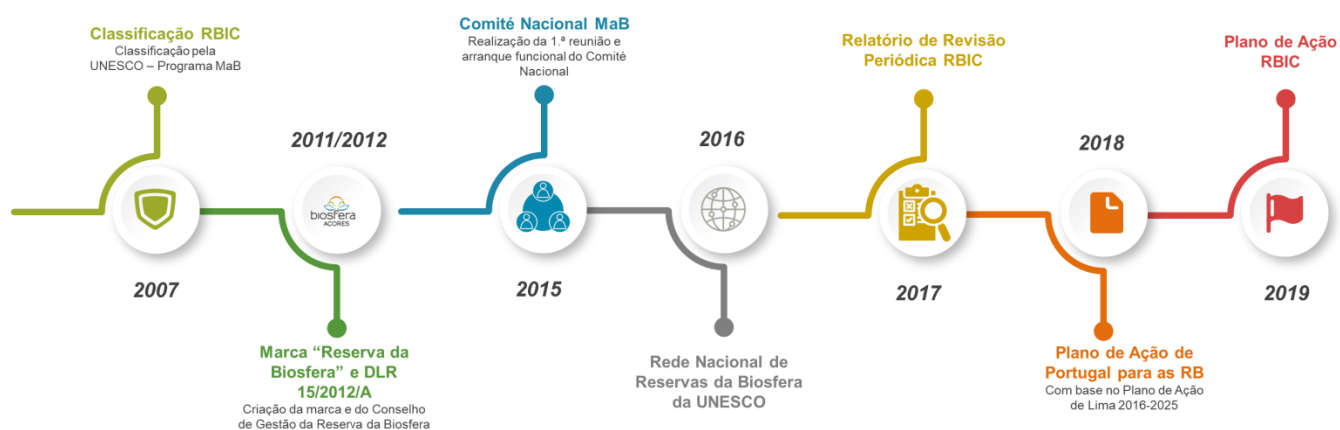


Figura 2.1_ Linha temporal do enquadramento da RBIC

3. A Reserva da Biosfera da Ilha do Corvo

3.1 Dados Gerais e Contexto

A **Reserva da Biosfera da Ilha do Corvo (RBIC)** está centralizada na ilha do Corvo, incluindo toda a sua área emersa e uma zona marinha envolvente, abrangendo uma área total de 25 853 hectares, e contém paisagens e valores ecológicos de importância regional, nacional e internacional. O Corvo é a mais pequena ilha do Arquipélago dos Açores, com cerca de 17,1 km², situada no extremo oeste do arquipélago, cuja parte emersa é constituída por um cone vulcânico que se eleva a 718 metros acima do nível do mar. A sua paisagem é fortemente determinada e dominada por este cone, que cria condições para a existência de uma elevada diversidade de habitats, considerando a área existente, com um importante número de espécies, várias delas de carácter bastante relevante não só a nível regional e nacional, mas também para as respetivas populações mundiais, sendo considerada um local privilegiado para a observação de aves (em particular pela sua posição geográfica, situando-se quase a igual distância entre o continente europeu e americano).

A sua interface terra-mar é formada, predominantemente, por arribas altas (na sua maioria com mais de 100 metros), e de elevado declive, em cuja exceção, a sul, foi constituído o único núcleo habitado da ilha, onde atualmente residem 460 habitantes.

A Figura 3.1 apresenta o zonamento da RBIC.



Figura 3.1_ Zonamento da Reserva da Biosfera da Ilha do Corvo

A ilha do Corvo tem uma significativa riqueza de flora terrestre endémica, registando-se 59 endemismos, dos quais 46 são endemismos do arquipélago dos Açores e 13 são endemismos da Macaronésia. Também se encontram invertebrados endémicos que conferem a esta ilha uma riqueza particular. No que respeita aos artrópodes terrestres estão registadas 34 endemismos dos Açores e 11 endemismos da Macaronésia. Quanto a moluscos terrestres registam-se 19 endemismos (16 dos Açores e 3 da Macaronésia). Por sua vez, relativamente à avifauna estão registadas 7 subespécies endémicas dos Açores e 2 subespécies endémicas da Macaronésia. E é este um dos pontos essenciais das particularidades desta ilha e da sua importância internacional por nidificarem importantes espécies de aves, muitas delas constantes no Anexo I da Diretiva Aves. Dada a sua posição geográfica, localizada sobre a placa tectónica americana (tal como a ilha das Flores) situando-se quase a igual distância da Península Ibérica e da Terra Nova, aparecem na ilha, com frequência, aves migradoras acidentais oriundas da América do Norte e do Ártico. Estas aves encontram na ilha do Corvo condições para descansarem e se alimentar. Salienta-se também a existência de um morcego endémico da Macaronésia.

Por sua vez, no que respeita à indissociável componente humana, a população da ilha do Corvo, tendo chegado a atingir mais de 800 habitantes no início do século XX, teve uma tendência de decréscimo até 1991, quando atingiu o valor mais baixo cifrado em cerca de 380 habitantes. Nos últimos anos a população tem vindo a crescer, estando neste momento situada em cerca de 450 habitantes. A agricultura e pecuária desempenharam desde sempre um papel primordial na economia da ilha, registando-se uma intensificação da importância da pecuária de gado bovino frente a outros tipos de gado e à agricultura nas últimas duas décadas. Isto resultou na conversão de espaços agrícolas em espaços de pastagem e numa diminuição da diversidade de tipos de exploração. Por outro lado, a pesca foi sempre uma atividade complementar para a população da ilha e só a partir de meados dos anos 1980 adquiriu maior importância económica através da exportação em frio do pescado.

É assim que o turismo apresenta um potencial elevado, devido às características naturais e culturais da ilha – numa experiência de “Viver o Corvo”, a ser também posta em prática quer pelo projeto do Ecomuseu do Corvo, quer por outras intervenções e ações do próprio município - mas é agora necessário estruturar o produto que se pretende para este território, e para os seus valores, em articulação com aqueles que são os pressupostos e objetivos de uma reserva da biosfera.

Efetivamente, a reestruturação e reconversão das atividades e revitalização da economia local tem sido uma importante meta de empresários locais, e da administração pública, que se tem tentado traduzir numa série de instrumentos de gestão, planeamento e intervenção neste território.

A existência de valores ecológicos e ambientais relevantes, em conjugação com a existência de uma ocupação humana e histórica prolongada e que cresceu de forma moderada num núcleo urbano concentrado e restrito com população reduzida, faz da ilha do Corvo um local com características e um potencial único para fomentar o desenvolvimento humano e económico de uma forma ecológica e culturalmente sustentável. Aliás, o facto da população ter uma vasta cultura de utilização dos recursos marinhos e agrícolas, que remonta à própria colonização da ilha, recorrendo aos métodos e técnicas tradicionais e artesanais de exploração, foi fundamental no processo de classificação.

3.2 Caracterização e Diagnóstico

Nos pontos seguintes é apresentada uma caracterização e diagnóstico síntese atualizados relativamente ao território e Reserva da Biosfera da Ilha do Corvo.

RESERVA DA BIOSFERA DA ILHA DO CORVO

Enquadramento legal:

Reconhecida como reserva da Biosfera em 2007, pelo Programa “O Homem e a Biosfera” (MaB – Man and Biosphere) da UNESCO.

Enquadramento geográfico:

- O Corvo é a mais setentrional das ilhas dos Açores, estando posicionada, aproximadamente, a 10 milhas das Flores (NNE). Localiza-se entre 39° 43' 34" (Ponta do Mar) e 39° 40' 09" (ilhéu a sudoeste do Corvo) de latitude norte e entre 31° 04' 56" (Norte do Fojo) e 31° 07' 44" (Ponta Oeste) de longitude oeste (IGP, 2008). Com uma superfície de 17,1 km², o Corvo é ilha mais pequena dos Açores, representando apenas 0,7 % do território regional.
- Como Reserva da Biosfera considera-se toda a área emersa da ilha e uma zona marinha envolvente, numa área total de 25 853 hectares.

Clima:

- O clima do Arquipélago dos Açores é essencialmente ditado pela localização geográfica das ilhas no contexto da circulação global atmosférica e oceânica e pela influência da massa aquática da qual emergem, sendo que as características oceânicas acentuam-se de Oriente para Ocidente, revelando-se as ilhas das Flores e Corvo as que apresentam características “mais oceânicas”.
- De uma forma muito geral caracteriza-se pela sua amenidade térmica, pelos elevados índices de humidade do ar, por taxas de insolação pouco elevadas, por chuvas regulares e abundantes e por um regime de ventos vigorosos que rondam o arquipélago, acompanhando o evoluir dos padrões de circulação atmosférica à escala da bacia do Atlântico Norte.
- Embora se verifique uma variação das condições climáticas de um extremo ao outro do arquipélago e

Ordenamento do Território:

Os Instrumentos de Gestão Territorial (IGT) em vigor na ilha do Corvo são:

- Alteração do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (Alteração do PNPOT) (aprovada em Conselho de Ministros Extraordinário de 14/7/20018- instrumento de desenvolvimento territorial de natureza estratégica que estabelece as grandes opções com relevância para a organização do território nacional;
- Plano Regional de Ordenamento do Território dos Açores (PROTA) (Decreto Legislativo Regional n.º 26/2010/A, de 12 de agosto) - traduzir em termos espaciais os grandes objetivos de desenvolvimento económico e social sustentáveis formulados para o arquipélago e, por outro, estabelecer as medidas de articulação, a nível regional, das políticas estabelecidas no Programa

RESERVA DA BIOSFERA DA ILHA DO CORVO

se observe uma variação espacial significativa dentro de cada ilha, o seu clima no litoral pode ser classificado genericamente de mesotérmico húmido com características oceânicas.

- De acordo com a classificação de Köppen o clima dos Açores está abrangido pela categoria dos climas temperados quentes (grupo C), caracterizados por apresentarem verão e inverno e a temperatura média do mês mais frio ser inferior a 18°C mas superior a -3°C. A distribuição espacial das ilhas conduz, no entanto, a que o seu clima vá transitando de clima chuvoso temperado com verão seco a clima chuvoso temperado, húmido em todas as estações.
- Ao se situar numa zona atlântica de confrontação de massas de ar com características distintas, o arquipélago está grande parte do tempo sujeito a nebulosidade de origem frontal. Por outro lado, pelo facto de se apresentarem como obstáculos à progressão de massas de ar húmido que, por efeito da orografia, é obrigado a contornar o relevo em altitude, as ilhas, sobretudo as mais compactas, estão grande parte do tempo sob a influência de nebulosidade de origem orográfica. Destas circunstâncias resulta que o arquipélago apresente um índice de insolação baixo, da ordem dos 35% em média anual, quando comparado com o total de horas de insolação possíveis. É significativamente superior junto ao litoral quando comparada com a observada em altitude; e maior nos meses de verão, com predominância para os meses de julho e agosto.
- Junto ao litoral a temperatura média anual em todo o arquipélago ronda os 17,5°C. Nas mesmas circunstâncias de localização os valores médios mensais são sempre superiores a 10°C.
- A temperatura varia regularmente ao longo do ano, sendo, em média, máxima em agosto e próxima dos 22,0°C. As temperaturas médias mensais mais baixas ocorrem em fevereiro situando-se próximas dos 14,5°C. Em altitude, a temperatura decresce de forma regular, à razão de 0,9°C por cada 100 metros (gradiente adiabático seco) até ser atingida a temperatura do ponto de orvalho a uma altitude que se situa, em média, próxima dos 400 metros. Por sua

Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) e nos planos sectoriais preexistentes ou em elaboração, bem como das políticas e medidas de relevância regional contidas nos planos especiais de ordenamento do território (PEOT) e nos PMOT, culminando no objetivo de servir de quadro de referência para a elaboração de planos especiais, intermunicipais e municipais de ordenamento do território

- Plano Regional da Água (PRA) (Decreto Legislativo Regional n.º 19/2003/A, de 23 de abril) (em processo de alteração) – instrumento de planeamento de recursos hídricos, de natureza estratégica e operacional, que consagra os fundamentos e as grandes opções da política dos recursos hídricos para a Região;
- Plano Sectorial da Rede Natura 2000 da Região Autónoma dos Açores (PS Rede Natura 2000 da RAA) (Decreto Legislativo Regional n.º 20/2006/A, de 6 de junho, retificado pela Declaração de Retificação n.º 48-A/2006, de 7 de agosto e alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 7/2007/A, de 10 de abril) - estabelece o âmbito e o enquadramento das medidas de conservação, tendo em conta o desenvolvimento económico e social das áreas integradas no processo da Rede Natura 2000;
- Plano Estratégico de Prevenção e Gestão de Resíduos dos Açores (PEPGRA) (Decreto Legislativo Regional n.º 6/2016/A, de 29 de março, alterado pela Declaração de Retificação n.º 6/2016, de 26 de abril) - visa a proteção e a valorização ambiental, social e económica dos Açores, estabelecendo as orientações estratégicas de âmbito regional da política de prevenção e de gestão de resíduos e as regras orientadoras da disciplina dos fluxos específicos de gestão de resíduos, no sentido de garantir a concretização dos princípios para a gestão de resíduos;
- Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma dos Açores (PROTRAA) (em revisão) - estratégia de desenvolvimento sustentável do sector do turismo e o modelo territorial a adotar;

RESERVA DA BIOSFERA DA ILHA DO CORVO

vez, a amplitude média anual da variação diurna é baixa, próxima dos 5°C, tendo tendência a ser superior na costa norte das ilhas.

- A humidade relativa do ar dos Açores caracteriza-se por ser elevada ao longo de todo o ano apresentando valores médios mensais próximos dos 80%, sendo raros os dias em que se observam valores abaixo dos 50% (3 a 4 dias por ano junto ao litoral) e são mais de 60 os dias do ano em que a humidade relativa atinge, no litoral, valores superiores a 90%.
- Dada a predominante origem tropical das massas de ar que assolam as ilhas por sul, bem como aos fenómenos de condensação e deposição de água nas zonas mais altas, a humidade do ar tende a ser inferior na costa norte quando comparada com a observada nas costas viradas a sul. Quando a circulação atmosférica provém de norte o ar apresenta-se, por norma, significativamente mais seco.
- Os Açores encontram-se localizados numa zona do Atlântico a que corresponde uma precipitação média anual ao nível do mar que varia entre os 700 e os 900 mm. No entanto, o impulso orográfico a que o ar se vê obrigado à proximidade das ilhas conduz a que junto ao litoral a precipitação anual já seja superior a este valor.
- A precipitação observada ao nível do mar cresce de Leste para Oeste variando entre os 775 mm observados na ilha de Santa Maria até aos 1 700 mm observados na ilha das Flores. Os meses de setembro a março concentram 75% do total da precipitação anual.

O vento é uma constante do clima açoriano, soprando de forma regular ao longo do ano, mais moderado nos meses de verão, e de forma mais intensa nos meses de inverno, predominando os ventos do quadrante oeste, no entanto, verifica-se um incremento dessa predominância com a altitude e das ilhas do grupo oriental para as do grupo ocidental.

- Plano Sectorial de Ordenamento do Território para as Atividades Extrativas da Região Autónoma dos Açores (PAE) (Decreto Legislativo Regional n.º 19/2015/A, de 14 de agosto) - tem por objeto o ordenamento e gestão integrada da atividade de extração de recursos minerais não metálicos da Região Autónoma dos Açores; visa desenvolver uma estratégia regional para o setor extrativo, promovendo a maximização do aproveitamento dos recursos minerais não metálicos da Região Autónoma dos Açores e a criação de mecanismos que incentivem a integração e valorização territorial desta atividade económica;
- Plano de Gestão da Região Hidrográfica dos Açores 2016-2021 (PGRH-Açores 2016-2021) (Decreto Legislativo Regional n.º 1-A/2017/A, de 6 de fevereiro) - visa a proteção e a valorização ambiental, social e económica dos recursos hídricos ao nível das bacias hidrográficas integradas na Região Hidrográfica dos Açores;
- Plano de Ordenamento de Orla Costeira da ilha do Corvo (POOC Corvo) (Decreto Regulamentar Regional n.º 14/2008/A, de 25 de junho) - objetivos de defesa e preservação do património natural dos espaços insulares, bem como a definição de critérios de prevenção das áreas de risco, a promoção e valorização do litoral e a fruição da orla costeira pela população. Visa, também, incentivar a diversidade das práticas turísticas, promover o reforço de proximidade geográfica das ilhas do Corvo e das Flores, requalificar as zonas balneares existentes e propor medidas de mitigação de impactes específicos decorrentes da gestão de resíduos sólidos urbanos;
- Plano Diretor Municipal do Corvo (PDM do Corvo) (Aviso n.º 50/2017, de 24 de agosto) - estabelece a expressão territorial da estratégia de desenvolvimento local, de acordo com as leis respeitantes ao ordenamento do território e urbanismo, sendo o regime de uso do solo

RESERVA DA BIOSFERA DA ILHA DO CORVO

determinado através da classificação e qualificação do solo.

Dinâmica Social:

- Na área da RBIC a população residente encontra-se integralmente na zona de transição.
- Em 2018 a população residente na ilha do corvo totalizava 465 habitantes, o que representava cerca 0,2% da população residente na RAA (242 846).
- Apesar de um saldo natural acumulado para o período 2011 a 2018 ligeiramente negativo (-0,9%) o Corvo apresenta uma dinâmica demográfica positiva (7,2%) ao contrário da regressão populacional generalizada da RAA (-1,2%), relevando alguma capacidade de atração/retenção da população, motivada pelo investimento do município na criação de empregos, bem como pela contratação de docentes e funcionários de apoio à escola.
- Este crescimento não se verificou em todos os grupos etários da população residente, tendo-se registado, entre 2011 e 2017, um decréscimo dos residentes entre os 15 e os 24 anos na ordem dos 11,8%; os restantes grupos apresentam um aumento entre 6 e 7%, destacando-se a população com mais de 65 anos que cresceu 19,7%.
- Em termos de estrutura etária, o Corvo caracteriza-se por uma população tendencialmente envelhecida, apresentando um índice de envelhecimento elevado (130,8 idosos por cada 100 jovens) superior à média regional (89,5), embora o peso relativo da população jovem (com idade inferior a 25 anos) seja superior ao da faixa etária dos maiores de 65 anos (.20,6% face a 18,4%).
- Em termos de distribuição, a ocupação territorial da população reflete a morfologia da própria ilha, verificando-se a concentração da população no único aglomerado urbano existente, na ponta sul da ilha, a Vila do Corvo.
- Ao nível das famílias, de acordo com os dados do último Censo da população, em 2011 existiam na ilha

Infraestruturas:

- O Aeródromo do Corvo, gerido pela SATA, é a única infraestrutura aeroportuária existente na ilha e situa-se no centro da fajã lávica, na envolvente do aglomerado urbano. Possui uma pista com cerca de 800 metros de comprimento por 30 metros de largura e não possui sinalização luminosa, sendo só utilizado no período diurno.
- No que respeita a infraestruturas viárias, a atual configuração da rede viária responde na generalidade às necessidades de deslocação da população e assegura a ligação entre o aglomerado urbano, portos e aeroporto da ilha e as áreas de atividades agrícolas e turísticas existentes na ilha.
- O município não dispõe de serviço de transporte público. Apenas existe serviço de táxi efetuado por duas empresas licenciadas.
- A ilha do Corvo dispõe de quatro infraestruturas portuárias, designadamente, o Porto da Casa (Classe B) localizado junto ao aglomerado que está a ser alvo de requalificação, o Porto do Boqueirão (Classe D), o Portinho Novo e o Portinho da Areia.
- A energia elétrica que abastece o concelho tem origem na central termoelétrica do Corvo, sendo a rede de transporte e distribuição de eletricidade totalmente subterrânea, com uma extensão de 2,6km. Encontra-se em fase de implementação o Projeto Corvo Sustentável e Projeto do Parque Fotovoltaico do Corvo.
- No que respeita às infraestruturas de telecomunicações, o concelho do Corvo dispõe de um posto de telefone público, acesso público e gratuito à Internet por Wi-fi e uma estação dos correios.

RESERVA DA BIOSFERA DA ILHA DO CORVO

um total de 186 famílias, das quais 118 eram compostas por 1 ou 2 pessoas.

- No que diz respeito ao grau de qualificação da população residente, com base no Censo de 2011 do INE, 3,5% dos residentes no Corvo não sabe ler nem escrever, valor inferior à média regional (4,7%) representando cerca de 15 indivíduos num universo de 430 residentes.
- Cerca de 86% dos residentes com qualificações, completaram ou estavam a frequentar a escolaridade obrigatória (ensino secundário), registo inferior ao valor da RAA que ronda os 89,4%; apenas 8% dos residentes prosseguiram os estudos para além da escolaridade obrigatória (ensino médio ou superior) – abaixo da média regional - facto justificado em grande parte pela reduzida saída de estudantes para estudar fora da ilha para ingressar numa universidade.
- Segundo dados dos Censos 2011, contabilizam-se 181 edifícios, sendo as tipologias de edifício isolado (112) e geminados (65) as mais frequentes, sendo a grande maioria exclusivamente residenciais (167) ou principalmente residenciais (11).
- Cerca de 64% dos edifícios são anteriores a 1945, o que justifica a necessidade de reparações em cerca de 50% do edificado do existente.
- Os 178 edifícios com fins habitacionais correspondem a cerca de 190 alojamentos familiares clássicos sendo que 154 são de residência habitual, 23 de residência secundária ou sazonal e 13 alojamentos vagos.
- De destacar algumas iniciativas resultantes de parcerias entre a administração pública local e regional para promover a fixação e atratividade da população, designadamente de apoio à reabilitação de moradias para 1.ª habitação no núcleo antigo e histórico da vila.
- O projeto do Ecomuseu do Corvo, da Direção Regional da Cultura, tem igualmente promovido um conjunto de iniciativas e dinâmicas culturais e sociais, envolvendo toda a população, de modo a assegurar

- Em termos de abastecimento de água, todos os alojamentos dispõem de acesso à rede pública de abastecimento de água e recolha de resíduos.
- Relativamente ao serviço público de saneamento, o PGRH Açores 2016-2021 estima que cerca de 68% dos residentes dispõem de acesso ao serviço de drenagem de águas residuais e tratamento secundário das águas residuais produzidas, embora os dados do INE refiram que em 2011 apenas 50% dos alojamentos se encontravam ligados a estes serviços. Os restantes alojamentos estão ligados a redes privadas de drenagem e sistemas individualizados ou separativos de tratamento de águas residuais.
- Na ilha do Corvo existe uma ETAR localizada na zona sul da ilha do tipo mista/convencional com um tipo de tratamento primário, constatando-se alguns problemas operacionais e incapacidade de tratamento em situações pontuais de maior escoamento no Verão devido ao acréscimo de população na ilha.
- A Câmara Municipal do Corvo é responsável pela recolha dos resíduos e transporte para o Centro de Processamento de Resíduos (CPR), localizado na envolvente do aterro RCD, composto por um Ecocentro, que recebe os vários tipos de resíduos, e uma zona de armazenagem de Veículos em Fim de Vida (VfV).
- Em 2016 foram recolhidas 288 ton de resíduos urbanos, sendo que das 260 ton de resíduos geridos, 56% tiveram como destino a sua valorização.
- Relativamente aos equipamentos coletivos, estes encontram-se no único aglomerado urbano, apresentando um grau de cobertura adequado à realidade da ilha.

RESERVA DA BIOSFERA DA ILHA DO CORVO

que esta é parte envolvida e comprometida na valorização e dinamização dos elementos culturais, sociais e naturais da ilha.

Conservação da Natureza:

- A par de um importante e considerável número de valores biológicos e endemismo em vários grupos de organismos, o Corvo destaca-se por se constituir como um importante porto de abrigo para um conjunto importante e significativo número de espécies de avifauna migradoras, ao ser o primeiro sistema terrestre e com água doce que estas encontram ao cruzar o Atlântico, e que raramente são avistadas em outros locais da Europa. De acordo com o instituído no artigo 28.º do Decreto Legislativo Regional n.º 15/2012/A, de 2 de abril, o Parque Natural de Ilha (PNI) constitui, a par do Parque Marinho do Arquipélago dos Açores (PMA), a unidade de gestão de base da Rede de Áreas Protegidas da Região Autónoma dos Açores.
- As áreas do PNI do Corvo totalizam cerca de 26 516ha, dos quais 777ha correspondem a área terrestre e 25 739ha a área marinha: Área Protegida para a Gestão de Habitats ou Espécies (Costa e Caldeirão); Área Protegida de Gestão de Recursos (Costa do Corvo). De notar que uma importante parte do PNI Corvo se sobrepõe a áreas núcleo e de tampão da RBIC.

ÁREA PROTEGIDA		ZONA	ÁREA (HA)
Área Protegida para a Gestão de Habitats ou Espécies	Costa e Caldeirão do Corvo	Terrestre	777,42
Área Protegida de Gestão de Recursos	Costa do Corvo	Marinha	25 738,30

Dinâmica Económica:

- Relativamente ao emprego, segundo os dados dos Censos 2011, o sector terciário assume-se como mais relevante, demonstrando a importância do sector dos serviços no município do Corvo (aproximadamente 58%), em linha com os dados registados para a RAA e à semelhança do que se verifica um pouco por todo o país, salientando aqui o peso muito relevante do emprego público na estrutura do emprego no município, nomeadamente os serviços públicos e a escola.
- O sector primário assume maior significado no município relativamente à Região, evidenciando as atividades agropecuárias como relevantes na atividade económica sua população (cerca de 17,3% dos residentes empregados).
- No sector secundário trabalha ¼ dos residentes empregados, sendo o emprego na indústria transformadora mais representativo.
- Em 2011 existiam no município do Corvo 16 residentes desempregados, correspondendo a uma taxa de desemprego de 5,4%. De acordo com o Anuário Estatístico Regional, existiam em 2017 cerca de 15 residentes no Corvo beneficiários de subsídio de desemprego da Segurança Social.
- Segundo os dados mais recentes (2016) existiam 90 empresas com sede no Corvo e 101 estabelecimentos de empresas que empregavam 106 e 140 pessoas, respetivamente.
- A nível municipal, o sector mais relevante (com cerca de 20% dos estabelecimentos) é o sector dos transportes e armazenagem, nomeadamente as atividades associadas ao aeródromo e transporte aéreo, correios e atividades auxiliares

RESERVA DA BIOSFERA DA ILHA DO CORVO

- Existem duas áreas protegidas da Rede Natura 2000: a Zona Especial de Conservação (ZEC) Costa e Caldeirão e a Zona de Proteção Especial (ZPE) Costa e Caldeirão, que totalizam cerca de 1 677 ha dos quais 1 449 ha correspondem a área terrestre e 228 ha a área marinha.
- Importa ainda referir, ao nível da conservação, as Áreas de gestão da apanha de espécies marinhas do mar do Açores, em que foram definidas na ilha do Corvo 3 áreas reserva do regime da apanha (COR(A), COR(B), COR(C)).
- No que respeita à Convenção RAMSAR, destaca-se nesta ilha o Sítio RAMSAR do Caldeirão do Corvo (316 ha) que coincide totalmente com uma das zonas núcleo da RBIC. De notar que esta é uma zona húmida terrestre (sem influência marinha direta) e que foram classificadas ao abrigo da Convenção RAMSAR. No caso específico do Corvo constituem-se como ecossistemas singulares e que proporcionam *spots* importantes de biodiversidade, sendo a água o elemento estruturante destes ecossistemas (para além do seu importante papel na salvaguarda dos recursos hídricos e do ciclo hidrológico da água). Estes espaços têm associados muitos valores e funções, tais como o controlo de inundações (retendo o excesso de água), a reposição de águas subterrâneas, a regulação do ciclo da água, a produção de biomassa, a retenção dos sedimentos e nutrientes, a mitigação das alterações climáticas (através da captura de dióxido de carbono da atmosfera e a libertação de oxigénio, com a fotossíntese). No caso particular do Caldeirão esta realça-se igualmente pelos valores naturais e paisagísticos, constituindo-se este como o mais emblemático recurso turístico natural da ilha.
- A ilha abriga também algumas espécies de aves migradoras, muitas das quais estão listadas no Anexo I da Diretiva Aves, sendo que algumas das áreas protegidas do Corvo são também classificadas como áreas Importantes para as Aves (IBA – Important Bird Areas). Neste âmbito destacam-se 2 IBAS – Costa do Corvo (com correspondência à ZEC e Área Protegida para a Gestão de Habitats ou Espécies de de Gestão de Recursos Costa do Corvo);

de transporte, não sendo relevantes as atividades de comércio por grosso e a retalho (representa apenas 5% das empresas existentes no Corvo), já que a população utiliza frequentemente o sistema de compras pela internet.

RESERVA DA BIOSFERA DA ILHA DO CORVO

Corvo e Flores (IBA marinha que rodeia completamente toda a ilha do Corvo e Flores (com cerca de 27.000ha), e delimitada em particular devido às populações de *Puffinus lherminieri* (frulho), *Puffinus puffinus* (estapagado), *Calonectris borealis* (cagarro), *Sterna dougallii* (garajau-rosado), entre outros. De salientar ainda que, de acordo com dados recentes, é provável a presença do *Hydrobates monteiroi* (painho-de-monteiro) nesta ilha (suspeitas de nidificação nos ilhéus da Ponta do Marco, entre 0-10 casais, por Monteiro et. al., com deteção entre 2017 e 2019 pela SPEA).

- De referir ainda que decorreu nesta ilha, entre 2009 e 2012, um importante projeto ao nível da conservação da natureza, o LIFE Ilhas Santuário para as Aves Marinhas - LIFE07 NAT/P/000649 – LIFE Corvo e Vila Franca, e está a iniciar-se, o LIFE IP Azores Natura. De salientar também os LIFE EuroSAP, LuMinAves e Mystic Seas I e II.
- LIFE Corvo e Vila Franca - Projeto pioneiro para a conservação das colónias de aves marinhas nos Açores através da recuperação do seu habitat e medidas de controlo e erradicação de espécies invasoras introduzidas.
- O LIFE Ilhas Santuário para as Aves Marinhas foi coordenado pela Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves (SPEA) em parceria com a Secretaria Regional do Ambiente e do Mar (SRAM), a Câmara Municipal do Corvo e a Royal Society for the Protection of Birds (RSPB).
- Este projeto foi financiado com a contribuição do instrumento financeiro LIFE da Comunidade Europeia. O Plano de Ação do After-LIFE "Ilhas Santuário para as Aves Marinhas", coordenado pela SPEA em parceria com a Câmara Municipal do Corvo e o Governo Regional dos Açores decorre desde janeiro de 2013. Desde setembro de 2015 a implementação do Plano de Ação Pós-Projeto advém do Contrato Nº 5/DRAM/2015 de Prestação de Serviços de Implementação do Plano de Ação Pós-Projeto LIFE "Ilhas Santuário para as Aves Marinhas" celebrado entre a DRAM e a SPEA e que dá continuidade aos compromissos do projeto LIFE

RESERVA DA BIOSFERA DA ILHA DO CORVO

Ilhas Santuário para Aves Marinhas (LIFE07 NAT/P/000649). O Plano de Ação tem ainda o patrocínio de dois privados.

- O LIFE Azores NATURA I.P. é o maior projeto de conservação alguma vez concebido para os Açores, tendo-se iniciado em 2019, terá a duração de 9 anos, com intervenções em áreas de Rede Natura 2000. Abrange 23 ZEC's (Zonas Especiais de Conservação), 15 ZPE's (Zonas de Proteção Especial) e 3 SIC's (Sítios de Interesse Comunitário), procurando obter um contributo significativo para a conservação de espécies e habitats protegidos pelas Diretivas Habitats e Aves que fundamentam a sua designação.
- Deste modo, e tendo como principal objetivo a implementação do Quadro de Ação Prioritária para a Rede Natura 2000 (PAF), o projeto procura que as monitorizações/avaliações futuras evidenciem um melhor estado de conservação para 100% dos habitats e mais de 50% das espécies, do que as descritas em estado desfavorável no último relatório de avaliação para a UE (2013).
- Para este efeito, o LIFE IP Azores Natura visa diretamente as 4 principais áreas abrangidas pelo PAF - todas elegíveis para financiamento pelo LIFE-IP - e mobiliza fundos complementares, com objetivos sinérgicos, através de candidaturas a uma variedade de outros mecanismos.
- O LIFE EuroSAP, que decorreu entre 2015 e 2018, juntou 10 países europeus, incluindo Portugal, sendo a SPEA o representante desse projeto no nosso país, e teve como objetivo unir sinergias para enfrentar os novos desafios e ameaças a que algumas das nossas aves icónicas estão sujeitas. As 16 espécies de aves visadas pelo LIFE EuroSAP são algumas das espécies mais carismáticas e ameaçadas da Europa, entre elas a rola-brava e o painho-de-monteiro. As medidas de conservação à data não se consideravam adequadas às reais necessidades e as suas populações continuavam em declínio contínuo. Este projeto permitiu estabelecer as bases de trabalho e identificar as medidas de conservação que serão necessárias implementar durante os

RESERVA DA BIOSFERA DA ILHA DO CORVO

próximos anos, de forma a garantir a viabilidade das espécies-alvo.

- O projeto LuMinAves - Contaminación lumínica y conservación de aves marinas en islas: reduciendo los efectos de la iluminación artificial sobre las poblaciones de Procellariiformes de los archipiélagos de la región macaronésica – é um projeto do PO MAC 2014-2020 e visa diminuir os impactos da poluição luminosa sobre as aves marinhas da Macaronésia (Procellariiformes), nomeadamente o cagarro e outras aves similares, e conta com a participação de três Arquipélagos Macaronésicos: Açores, Madeira e Canárias. Centra-se na conservação de espécies de aves marinhas ameaçadas às escalas regional, nacional e internacional, que nidificam nas ilhas e ilhéus dos três arquipélagos, tanto em áreas protegidas pela Rede Natura 2000, como em zonas que carecem de proteção adicional, nomeadamente núcleos turísticos, residenciais ou industriais com maior impacto de poluição luminosa.
- O projeto Mystic Seas I (2015 – 2017) - Macaronesia Islands Standard Indicators and Criteria: Reaching Common Grounds on Monitoring Marine Biodiversity in Macaronesia – destinou-se a conceber uma metodologia comum para a monitorização da biodiversidade marinha na região da Macaronésia, centrando-se nas populações de espécies marinhas de cetáceos, tartarugas e aves; e estabelecendo um roteiro comum para melhorar a coordenação na implementação da Diretiva-Quadro Estratégia Marinha em Portugal (Açores e Madeira) e Espanha (Canárias,), uma das regiões marinhas mais bio diversas da Europa.
- Por sua vez, o Mystic Seas II (2017 – 2019), que terminou no início de 2019, visou a aplicação de uma abordagem sub-regional coordenada e coerente na operacionalização dos programas de monitorização e seguimento desenhados no âmbito do MISTIC SEAS. Teve também como objetivo abordar atividades para o reforço regional das atualizações na determinação do Bom Estado Ambiental (BEA) e de preparação dos desafios a alcançar no 2 ciclo de implementação da Diretiva-

RESERVA DA BIOSFERA DA ILHA DO CORVO

Quadro Estratégia Marinha. Encontra-se atualmente em curso o projeto Mystic Seas III, até 2021, que visa a implementação da abordagem sub-regional desenvolvida no Mystic Seas II.

- De notar que, complementar e paralelamente a estes projetos, têm sido desenvolvidos outras ações e intervenções de recuperação e conservação de habitats, que incidem quer na área terrestre, quer na área marinha.
- É nesse âmbito que se destaca também a Reserva Voluntária do Caneiro dos Meros. Esta Reserva, criada por iniciativa direta, voluntária e pela conciliação da população foi criada em 1998, como zona interdita à pesca para proteção da espécie *Epinephelus marginatus*.
- De igual modo, destaca-se o Centro de Interpretação de Aves Selvagens do Corvo e o Centro de Reabilitação de Aves Selvagens do Corvo (CERAS). O CERAS entrou em funcionamento em 2019 e tem como principais objetivos a recuperação de aves selvagens feridas ou debilitadas, e a sensibilização ambiental da população acerca do papel fundamental da biodiversidade. Com a criação deste Centro, a RAA passou a dispor de uma estrutura pioneira no arquipélago, que compreende as condições necessárias ao tratamento das aves, assim como um espaço exterior, onde se realiza a transição entre o cativeiro e a liberdade, e pode ser visitado.

Património Cultural, Geológico e Paisagem:

- De acordo com a atualização do Livro das Paisagens dos Açores - Contributos para a Identificação e Caracterização das Paisagens dos Açores (da responsabilidade da Secretaria Regional do Ambiente e do Mar – Direção Regional do Ordenamento do Território e dos Recursos Hídricos), a ilha do Corvo apresenta quatro unidades de paisagem distintas (que coincidem na sua totalidade com as todas as zonas núcleo e tampão da RBIC, com exceção da C4, que não coincide com as zonas núcleo): C1 – Arribas; C2 – Caldeirão; C3 – Encosta Oriental; C4 – Vila do Corvo.

Turismo:

- Hotelaria Tradicional - Existe um estabelecimento hoteleiro, que apresenta uma oferta de 47 camas. A taxa de crescimento médio anual do número estabelecimentos no período 2014-2018 foi nula.
- Em termos de procura, a ilha do Corvo, no ano de 2018, registou 917 hóspedes e uma taxa de crescimento médio anual (2014-2018) de 12,6%. Quanto ao número de dormidas, no ano de 2018 registaram-se 2.091 e uma taxa de crescimento médio anual (2014-2018) de cerca de 18,1%.

RESERVA DA BIOSFERA DA ILHA DO CORVO

E um elemento singular, ESC1 - Ilhéu da Ponta do Marco.

- No âmbito da Resolução do Conselho de Governo n.º 135/2018, de 10 de dezembro, que aprova os objetivos de qualidade de paisagem e as orientações para a gestão da paisagem dos Açores, são definidas as seguintes orientações para a gestão da paisagem de alguns elementos singulares e identitários no Corvo, designadamente:
- Promover a conservação da identidade própria da paisagem, maioritariamente natural e por isso bastante rara;
- Garantir a manutenção do equilíbrio entre a área de pastagens e a população que habita a ilha, de modo a minimizar a ocorrência de processos erosivos nos locais com declives mais acentuados;
- Promover a conservação da identidade própria da paisagem do Caldeirão através da definição de um encabeçamento sustentável, com vista à preservação da capacidade produtiva do solo e à prevenção da eutrofização da água da lagoa;
- Fomentar a concentração das edificações no único aglomerado urbano da ilha, promovendo a integração paisagística das novas construções e garantindo a manutenção das áreas agrícolas envolventes.
- Existem quatro miradouros principais na ilha, que permitem observar os principais e mais singulares e identitários pontos panorâmicos: Miradouro do Portão, Miradouro do Caldeirão, Miradouro do Pão de Açúcar, Miradouro dos Moinhos e Miradouro da Canada da Rocha.
- A RAA possui 82 percursos pedestres homologados sendo que 2 são na ilha do Corvo: Caldeirão (PRC2COR) e Cara do Índio (PC1COR) – sendo os seus traçados essencialmente pelo interior da ilha. Existem outros pequenos trilhos (não homologados) que permitem percorrer algumas zonas mais próximas da linha de costa.

- A estada média em 2017 foi de 2,0 dias e a taxa de crescimento médio anual (2014-2016) indica que houve um aumento na ordem 4,9%.
- Alojamento Local – Em 2018 estão licenciadas 4 unidades de alojamento local na ilha, que perfazem um total de 22 camas.
- Quanto à procura por esta modalidade de alojamento, no ano de 2018, registou 101 hóspedes e 1149 dormidas (e 75 dormidas em parque de campismo).
- A estada média em 2017 foi de 2,14 dias.
- Turismo em Espaço Rural – Não existe.
- Restauração – existem na ilha 3 estabelecimentos com serviços completos na área da restauração, tendo sido recentemente feito investimento num deles, de modo a qualificar a sua oferta e aumentar a sua capacidade de resposta.

RESERVA DA BIOSFERA DA ILHA DO CORVO

- Na RAA existem identificados 121 geossítios dispersos pelas nove ilhas e fundos marinhos envolventes, dos quais 57 estão identificados como geossítios prioritários e destes 3 situam-se na ilha do Corvo. Como resultado da riqueza, diversidade e singularidades deste património geológico, a UNESCO classificou o arquipélago dos Açores como um Geoparque Natural – Geoparque Açores.
- Relativamente aos imóveis classificados, existem na ilha do Corvo três imóveis (na categoria Monumento). Neste âmbito dá-se particular destaque não só ao património classificado, mas principalmente a outros elementos com valor patrimonial como os moinhos, e ao património imaterial e arquitetónico vernacular do núcleo histórico da vila, entre outros.
- No que diz respeito ao Património Arqueológico existem, segundo a Direção Regional da Cultura, mais concretamente a Carta Arqueológica, 236 elementos arqueológicos na RAA, dos quais 9 na ilha do Corvo.

No Quadro 3.1 é apresentado um diagnóstico assente numa abordagem SWOT (*Strengths – Pontos Fortes, Weaknesses – Pontos Fracos, Opportunities – Oportunidades e Threats - Ameaças*), com base na caracterização da situação atual e na evolução desde o processo de candidatura deste território.

Quadro 3.1_ Diagnóstico SWOT à RBIC

SWOT	
Pontos Fortes	Pontos Fracos
• Concentração populacional num único núcleo urbano com um grau de consolidação de grande densidade e características arquitetónicas e de conjunto singulares, diferente do povoamento linear com dispersão das edificações das restantes zonas urbanas da RAA; • Boa cobertura dos equipamentos coletivos; • Taxa de cobertura muito satisfatória das redes de abastecimento e saneamento, bem como do sistema de telecomunicações e acesso wi-fi à internet; • Rede de distribuição de eletricidade integralmente subterrânea; • Reserva do Caneiro dos Meros - criada por pescadores corvinos em 1999 – resultando na abolição da pesca nesta reserva; • Forte sensibilidade da população do Corvo para as questões ambientais e de conservação da natureza; • Elevada importância do território litoral para a nidificação de espécies de aves marinhas, reconhecidas pelos estatutos de conservação existentes; • Peso significativo da ocupação agrícola e agropecuária do solo, em particular, com pastagens permanentes e prados – vantagens naturais para a produção animal e para a conservação do solo; • Desenvolvimento do projeto do Ecomuseu do Corvo e do projeto de reabilitação do núcleo antigo da Vila, com incentivos à reconstrução e ocupação como 1.ª habitação; • Elevada procura por nichos especializados de atividades, como o <i>birdwatching</i>, constituindo-se já como uma referência a nível europeu e mesmo mundial para a observação de determinadas espécies;	• Localização periférica da ilha no contexto da Região, acentuada pela insularidade/isolamento; • Existência de habitações e edificado construído em áreas instáveis (arribas costeiras); • Predomínio de atividades de comércio e serviços pouco especializados, de carácter mais tradicional e de proximidade; • Fraca qualidade das construções e elevado custo dos materiais; • Ausência de espaços especificamente destinados à instalação de atividades de carácter industrial, as quais se encontram no interior do tecido urbano predominantemente habitacional; • Aumento significativo do parque automóvel na ilha e ausência de espaços/ zonas de estacionamento adequadas; • Necessidade de aumentar a eficiência na gestão do centro de processamento de resíduos; • Problemas de funcionamento da ETAR que não permitem atualmente o tratamento adequado dos efluentes antes do lançamento junto ao Porto do Boqueirão; • Situações de poluição e degradação ambiental – algumas zonas pontuais de depósito de entulhos/lixos com proliferação de edificações precárias como locais de deposição de sucatas e outros materiais, em particular nas zonas agrícolas; • Problemas de erosão em áreas significativas, principalmente na orla costeira (arribas costeiras) e com maior incidência na zona oeste da ilha; • Existência de pastagens em zonas de elevado declive sem condições para o pastoreio; • Fraca qualidade e diversidade dos produtos com potencial desenvolvimento turístico;

SWOT

- Identidade vincada na experiência “Viver o Corvo”, com um nível de proximidade diferenciador entre a população e os visitantes.

- Oferta reduzida de serviços complementares ao turismo (restauração, animação turística...);
- Constrangimentos na capacidade de captar visitantes por mais do que um dia, como consequência da dinâmica de visitas programadas das empresas turísticas das Flores, ao Corvo.

Oportunidades

- Consolidação e evolução da atividade de observação das aves como um dos principais produtos turísticos do Corvo;
- Crescente procura por zonas associadas ao ambiente e às paisagens rurais enquanto espaços de lazer e descanso;
- Empresarialização de alguns serviços relacionados com a paisagem e a sua fruição e conservação;
- Extensificação da agricultura nos modos de produção biológica;
- Aumento da produção do Queijo do Corvo e colocação no circuito comercial dos produtos açorianos;
- Valorização socioeconómica do ambiente pelo seu papel na paisagem rural e equilíbrio dos territórios;
- Reforço da articulação territorial e de atividades e serviços com a ilha das Flores;
- Potenciar o projeto de Cidadão do Corvo, Cidadão da Europa;
- Otimização da recolha seletiva e potenciação do funcionamento em pleno do centro de processamento de resíduos;
- Potencial articulação entre a conservação da biodiversidade e a exploração dos sistemas agrícolas e florestais de forma sustentável e com valor acrescentado;
- Requalificação de zonas de exploração de inertes e realocização de atividades transformadoras;

Ameaças

- Problemas de quantidade de água para abastecimento público em determinadas situações climáticas (períodos de seca mais prolongados);
- Crescimento do isolamento;
- Tendência para a sazonalidade da procura turística;
- Risco de degradação de um elevado número de edifícios no território, face à idade de uma parte significativa do seu parque edificado;
- Crescente aprofundamento do fenómeno da globalização e das vantagens associadas à escala que tende a marginalizar os pequenos mercados isolados, sem capacidade para aproveitamento de rendimentos de escala e com custos acrescidos de entrada em mercados externos;
- Forte probabilidade de ocorrência fenómenos atmosféricos adversos, tais como períodos de precipitação intensa que podem dar origem a enxurradas, ventos ciclónicos e a movimentos de massa, bem como temporais marítimos que potenciam os galgamentos;
- Consequências das alterações climáticas, que potenciam o agravamento e aumento da frequência de eventos climáticos extremos, quer ao nível de ventos, de precipitação, e também do inverso – períodos sem precipitação mais alongados, com efeitos negativos sobre as disponibilidades de água para abastecimento (consumo humano e para outras atividades);

SWOT

- | | |
|--|--|
| <ul style="list-style-type: none">• Autonomia e eficiência energética com a prossecução dos projetos associados a fontes de energia renováveis / alternativas;• Realização das obras de requalificação da ETAR existente;• Aproveitamento das potencialidades naturais para o desenvolvimento do ecoturismo, nomeadamente com a dinamização de mais percursos pedestres e para a criação / potenciação de produtos com base em materiais / elementos endógenos e históricos (ex: biscoitos e cerveja de junça, entre outros);• Sensibilização para o cumprimento das boas práticas agrícolas. | <ul style="list-style-type: none">• Potenciais erosivos muito elevados nas zonas expostas à ação hídrica (arriba litoral e margens das linhas de água);• Risco de movimento de massas passível de comprometer a povoação ou vias de acesso fundamentais para a mesma e ainda risco de erosão hídrica (particularmente na zona oeste do concelho);• Capacidade de alojamento e serviços complementares limitada face a um aumento da procura turística nos meses de verão (essencialmente entre junho e agosto, e em final de outubro e novembro);• Constrangimentos na capacidade de captar visitantes por mais do que um dia, como consequência da dinâmica de visitas programadas das empresas turísticas das Flores, ao Corvo. |
|--|--|

4. Plano de Ação 2020-2025 da Reserva da Biosfera da Ilha do Corvo

4.1 Visão e Missão e Objetivos

Os objetivos do Plano de Ação da RBIC têm como linhas orientadoras a Visão e a Missão, para o período de 2020-2025, do Programa MaB e o necessário contributo para as três funções / objetivos complementares das RB de:

- **Conservação** - contribuir para a conservação de paisagens, ecossistemas, espécies e variabilidade genética;
- **Desenvolvimento Sustentável** - contribuir para um desenvolvimento económico e humano que seja sociocultural e ecologicamente sustentável;
- **Suporte Logístico** - proporcionar alicerces para investigação, monitorização, educação e troca de informação, relacionados com temas de conservação e desenvolvimento locais, nacionais e globais.

Por sua vez, conforme referido, é fundamental que o Plano de Ação se desenvolva sobre o marco concetual dos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 das Nações Unidas, que abordam temáticas tão diversas como enfrentar os desafios da pobreza e da fome, a educação, as desigualdades, a prosperidade, a proteção do planeta, a luta contra as alterações climáticas, as cidades, a energia, o consumo e a produção sustentável e governança (Figura 4.1). Os ODS resultam do trabalho conjunto de governos e cidadãos de todo o mundo para criar um novo modelo global para acabar com a pobreza, promover a prosperidade e o bem-estar de todos, proteger o ambiente e combater as alterações climáticas.



Figura 4.1_ Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 das Nações Unidas (Fonte: <https://www.ods.pt/ods/>)

É neste contexto que tendo por base os pressupostos pelos quais foi criada a RBIC e os 12 anos decorridos desde a sua nomeação, bem como os resultados do Relatório de Revisão Periódica da RB Corvo 2017, se assume que o Plano de Ação deve assegurar resposta aos seguintes objetivos específicos do território da RBIC:

- Criação da identidade e reconhecimento na população da importância e benefícios da RBIC;
- Dinamização e valorização dos elementos e património cultural e natural, de forma articulada e reveladora da sua real interação e interdependência;
- Desenvolvimento dos pressupostos e princípios de base de um território assente nos princípios e Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas e a implementação da Agenda 2030;
- Contributo para o desenvolvimento de uma economia e sociedade prósperas em harmonia com a Biosfera, da qual o ser humano é parte fundamental, aberta e orgulhosa dos seus valores e elementos base e reconhecida no exterior;
- A RBIC é uma oportunidade efetiva e real para implementar ações rumo a um desenvolvimento sustentável e o Plano de Ação pretende reforçar e impulsionar este compromisso.

Adicionalmente, o Plano de Ação deve ser assumido como uma ferramenta prática e diária para cumprir os objetivos e necessidades do Programa MaB e o seu processo de elaboração teve como pressupostos:

- Concretizar um Plano de Ação realista e executável até final de 2025;
- Propor ações/tarefas inovadoras de acordo com as funções da RB;
- Estabelecer canais e mecanismos de coordenação entre agentes e principais forças vivas para o desenvolvimento sustentável;
- Propor um sistema / mecanismo de governança e governação adequada para a RB que envolva todos os agentes e partes interessadas;
- Dinamizar as parcerias e o trabalho em rede a nível nacional e internacional;
- Definir as bases para o acompanhamento e seguimento do próprio plano.

4.2 Estrutura do Plano de Ação

O Plano de Ação sistematiza as ações a desenvolver no período 2019-2025 para alcançar os objetivos propostos para a RBIC.

Neste sentido, em conformidade com o Plano de Ação para as Reservas da Biosfera de Portugal, do Comité Nacional MaB, está organizado em 5 Áreas de Ação Estratégica:

- **A** – A Rede Mundial de Reservas da Biosfera como modelo funcional para o desenvolvimento sustentável;
- **B** - Colaboração inclusiva, dinâmica e orientada para os resultados e dinâmicas de rede dentro do Programa MaB e da Rede Mundial de Reservas da Biosfera;
- **C** - Parcerias externas eficazes, financiamento suficiente e sustentável para o Programa MaB e para a Rede Mundial de Reservas da Biosfera;
- **D** - Comunicação, informação e divulgação de dados de forma inteligível, moderna, aberta e transparente;
- **E** - Governança efetiva do programa MaB, da Rede Mundial de Reservas da Biosfera e no interior destas.

Para as quais se definem os respetivos Objetivos e Ações desagregadas, por sua vez, em Tarefas e nos respetivos indicadores e entidades responsáveis e parceiras (Figura 4.2).

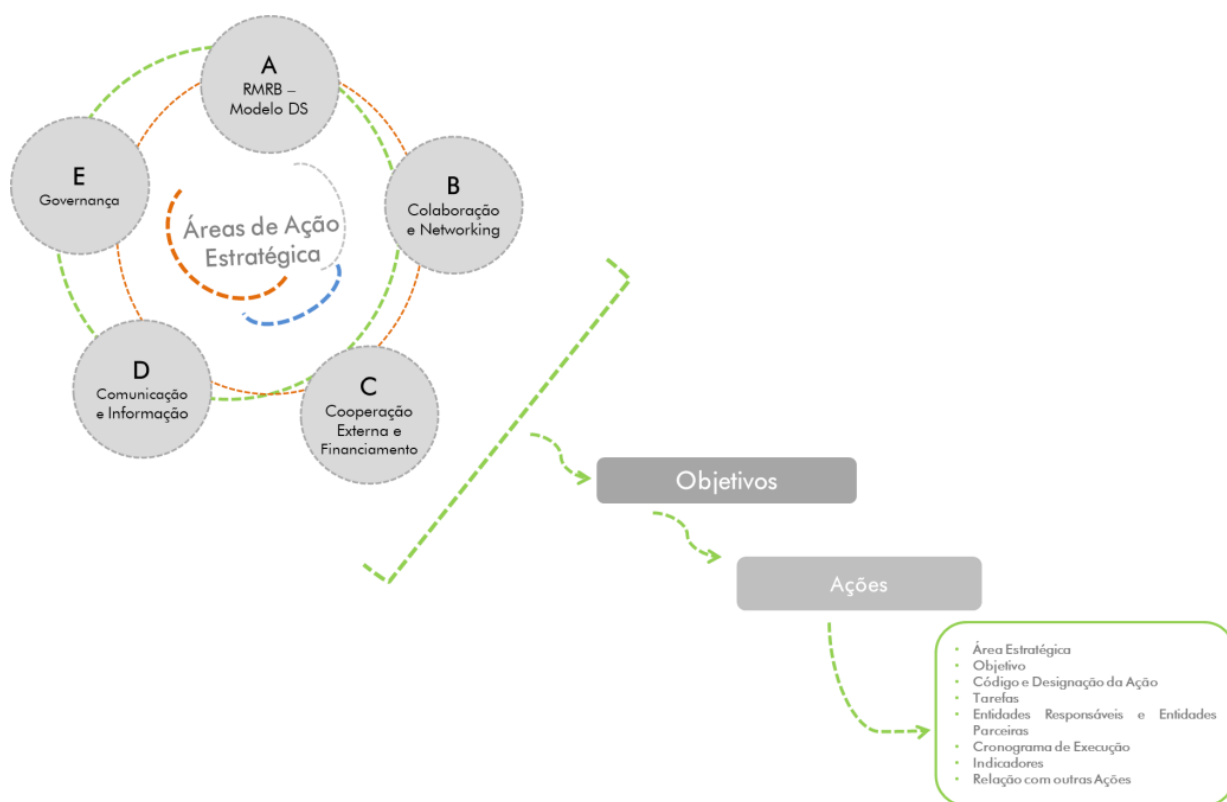


Figura 4.2_ Estrutura do Plano de Ação da RBIC

Tendo em conta que o Plano de Ação para as RB de Portugal já determina o conjunto pré-definido de Objetivos e Ações que as RB devem considerar na formulação dos seus Planos de Ação, os Quadros 4.1 a 4.5 apresentam já essa pré-listagem com seleção das que se consideraram adequadas incluir no Plano de Ação da RBIC (uma vez que existiam ações no Plano de Ação para as RB de Portugal que são da responsabilidade e de uma escala nacional, e não ao nível de cada RB) e para as quais foram posteriormente definidas tarefas específicas para a sua concretização (detalhadas nas respetivas fichas de Ação).

Foram igualmente identificados os ODS com os quais as Ações estão relacionadas ou para os quais contribuem.

Quadro 4.1_ Ações do Plano de Ação para as RB de Portugal a considerar – Área Estratégica A:
A Rede Mundial de Reservas da Biosfera como Modelo de Desenvolvimento Sustentável

Objetivo	Ação	Contributo ODS
A1. <i>Reconhecimento das Reservas da Biosfera como modelos que contribuem para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e dos Acordos Multilaterais de Ambiente</i>	A1.1 Promover as RB como locais que contribuem ativamente para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (exemplo Energia acessível e não poluente, Cidades e comunidades sustentáveis, produção e consumo sustentável, Ação pelo clima; Vida marinha, Vida nos ecossistemas terrestres, Saúde e bem-estar	            
	A1.2 Promover as RB como locais que contribuem ativamente para a implementação de Acordos Multilaterais de Ambientes s, incluindo as metas de Aichi da Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB),	
	A1.3 Fomentar Acordos de cooperação entre RB ao nível local, regional e internacional para o património natural e para o benefício das comunidades locais	
	A1.3a Promover Acordos de cooperação com países terceiros para promover a criação de novas RB ou apoiar na gestão das RB existentes nesses países	
	A1.4 Utilizar as RB como locais prioritários para a investigação, monitorização, mitigação e adaptação às alterações climáticas, incluindo o apoio ao Acordo de Paris (COP21 UNFCCC),	
	A1.5 Promover iniciativas de economia verde/sustentável e social nas RB	
	A1.6 Promover investigação e garantir a conservação a longo prazo dos ecossistemas que integram as RB, incluindo a recuperação e a gestão adequada dos ecossistemas degradados	
	A1.8 - Identificar boas práticas e divulgar com vista à sua replicação	
A2. <i>Seleção, planificação e implementação das RB</i>	A2.1 (A2.2 + A2.3) Assegurar que os processos de designação, gestão, monitorização e revisão periódica das RB são abertos e participativos	  

Objetivo	Ação	Contributo ODS
<i>como processos abertos e participativos</i>		  
A3. <i>Integração das RB na legislação e nos Programas regionais e/ou nacionais e apoio ao seu funcionamento</i>	A3.1 Reconhecimento das RB na legislação, políticas e programas regionais e nacionais	
	A3.2 Assegurar estruturas de governança e de gestão eficazes em cada RB	
A4. <i>Promover investigação, aprendizagem prática e formação de apoio à gestão das RB e ao seu desenvolvimento sustentável</i>	A4.1 Estabelecer parcerias com universidades/instituições de investigação para a realização de projetos, em especial com Cátedras e Centros Associados da UNESCO	  
	A4.2 Estabelecer parcerias com instituições de ensino e formação, em especial com Cátedras, Centros e Escolas Associadas da UNESCO, para desenvolver atividades educativas e de capacitação aos stakeholders das RB, incluindo gestores e proprietários, tendo em conta os ODS	  
	A4.3 Oferecer apoio à investigação em todas as RB e transferir o resultado dos projetos para a prática	  
	A4.4 Identificar e divulgar boas práticas de desenvolvimento sustentável e identificar e eliminar (ou minimizar no caso de não ser possível a sua erradicação) práticas não sustentáveis nas RB	  
	A4.5 Incentivar gestores, comunidades locais e outros stakeholders das RB a colaborar na elaboração e implementação de projetos que apoiem na gestão e no desenvolvimento sustentável da sua RB	  
A5. <i>Sustentabilidade económica das RB</i>	A5.1 Desenvolver estudo prévio sobre as estruturas económicas de cada RB (nº e tipologia de empresas, produtos tradicionais, ...) e identificar potenciais fontes geradoras de receitas	  
	A5.2 (A5.1) Elaborar um plano de negócios para cada RB para garantir o cumprimento do plano de gestão que inclua a geração de receitas e de parcerias efetivas com potenciais financiadores	  

Objetivo	Ação	Contributo ODS
	A5.3 (A5.2) Implementar o plano de negócios da RB para gerar receitas	 
	A5.4 (A5.3) Aumentar os contributos financeiros nacionais e outros para as RB	
A6. <i>Funcionamento eficaz da RMRB com o cumprimento do Quadro Estatutário por todas as RB</i>	A6.2 Utilizar processos de gestão adaptativa nas RB	 
A7. Reconhecimento das RB como geradoras e garante dos serviços dos ecossistemas	A7.1 Identificar os serviços dos ecossistemas e facilitar o seu aprovisionamento a longo-prazo, incluindo aqueles que contribuem para a saúde e bem-estar	  
	A7.2 Implementar mecanismos para o pagamento dos serviços dos ecossistemas	  
	A7.3 Implementar programas para conservar, manter e fomentar as espécies e variedades de valor económico e/ou cultural que suportam o aprovisionamento dos serviços dos ecossistemas	       

Quadro 4.2_ Ações do Plano de Ação para as RB de Portugal a considerar – Área Estratégica B: Colaboração inclusiva, dinâmica e orientada para os resultados e dinâmicas de rede dentro do MaB e da RMRB

Objetivo	Ação	Contributo ODS
B1. <i>Gestores das RB eficazes e atores locais interessados e comprometidos</i>	B1.1 (B1.2) Organização de programas regionais de formação, educação e capacitação (onde se integrem conhecimentos científicos, técnicos, de gestão, saberes tradicionais e resultantes de experiências práticas)	  
B2. <i>Redes regionais e temáticas inclusivas</i>	B2.1 Promover a participação dos gestores das RB e de outros stakeholders nas reuniões das Redes regionais e temáticas	  
		     

Objetivo	Ação	Contributo ODS
B4 Colaboração regional e temática eficaz	B4.1 Incentivar a criação de grupos de trabalho para desenvolver atividades e projetos de investigação	 
	B4.2 Fomentar trabalhos de campo e voluntariado ambiental entre as RB nacionais e outras da RMRB	
	B4.3 Fomentar intercâmbio de agentes sociais, comunidades educativa e gestores de RB entre as Redes	
B6. <i>Cooperação transnacional entre as RB</i>	B6.1 Criar e implementar Acordos de geminação entre RB de diferentes países e fomentar o intercâmbio técnico	  
B7. <i>Criação de uma Rede interdisciplinar, ativa e aberta, de âmbito científico/ detentores de conhecimento com a visão do MaB e uma missão comum</i>	B7.1 Estabelecer uma Rede internacional de cientistas/ detentores de conhecimento que trabalhe nas RB ou com elas e que colabore com outras Redes de cientistas/ detentores de conhecimento (nacionais e internacionais)	
	B7.2 Desenvolver uma agenda comum de investigação e troca de conhecimentos para a Rede internacional	
	B7.3 Desenhar e estabelecer mecanismos de transferência de resultados científicos e facilitar a sua incorporação na tomada de decisão	

Quadro 4.3_ Ações do Plano de Ação para as RB de Portugal a considerar - Área Estratégica C: Parcerias Externas eficazes, financiamento suficiente e sustentável para o Programa MaB e para RMRB

Objetivo	Ação	Contributo ODS
C2. Reconhecimento do Programa MaB como parceiro-chave no âmbito da UNESCO e de outras	C2.1 Criar e concretizar oportunidades de colaboração e parcerias no âmbito da UNESCO, outras organizações internacionais (exemplo IUCN, WWF, UNDP) e convenções internacionais (exemplo Convenção sobre a Biodiversidade, Alterações Climáticas, Desertificação, Ramsar)	     

Objetivo	Ação	Contributo ODS
organizações e convenções internacionais		  
C3. <i>RB e redes regionais geradoras das suas próprias receitas</i>	C3.1 Fomentar a organização de sessões de capacitação no âmbito da geração de receitas por atores locais e gestores das RB C3.2 Promover parcerias para angariar fundos a partir de entidades externas com objetivos compatíveis com o Programa MaB	
C4. <i>Reconhecimento do Programa MaB como parceiro-chave por parte do setor privado</i>	C4.1 (C4.2) Criar oportunidades de colaboração e parcerias com o setor privado que sejam abertas, responsáveis e sustentáveis (exemplo: empresas nas áreas agrícolas, industriais, turismo, marketing)	
C5. <i>Reconhecimento de que o Programa MaB contribui para o cumprimento dos objetivos dos Programas de financiamento nacionais e regionais</i>	C5.1 Criar oportunidades para financiamento de projetos e ações por programas de financiamento regionais, nacionais ou internacionais (exemplos: Fundos regionais; Horizon 2020, LIFE, PDR, Fundo EFTA, PT 2020; INTERREG, outros)	
C6. <i>Cativar empreendedorismo e empresas sociais nas atividades das RB</i>	C6.1 Assegurar orientação e formação aos empreendedores, às empresas e associações sociais que queiram participar nas RB	
C7. <i>Reconhecimento nacional e internacional das RB</i>	C7.2 Fomentar a utilização da marca RB em produtos e serviços de acordo com as normas/regulamento nacional	
C8. <i>Potenciar as sinergias entre as RB</i>	C8.1 Encorajar a promoção e o marketing conjuntos dos produtos e serviços das RB, entre elas e fora delas C8.2 Facilitar informação às Agências de Viagem e Postos de Turismo sobre as RB e os produtos e serviços acreditados com a marca RB	

Quadro 4.4_ Ações do Plano de Ação para as RB de Portugal a considerar – Área Estratégica D: Comunicação, informação e divulgação de dados de forma inteligível, moderna, aberta e transporte

Objetivo	Ação	Contributo ODS
D1. <i>Disponibilização total de documentos, dados, informação e outros</i>	D1.1. Implementar a política de Acesso aberto adotada pela normativa do CCI de 2014 e os princípios e práticas da Ciência Aberta	  

Objetivo	Ação	Contributo ODS
<i>materiais MaB – Acesso aberto</i>		
D2. <i>Promover um maior conhecimento sobre os vários aspetos do Programa MaB (integra a ação A2.4)</i>	D2.1. Criar uma Estratégia de comunicação e um Plano de ação D2.2. Implementar o Plano de ação de comunicação	
D3. <i>Promover maior alcance e participação – Redes sociais</i>	D3.1 Utilizar as redes sociais e outras novas tecnologias de informação e comunicação	

Quadro 4.5_ Ações do Plano de Ação para as RB de Portugal a considerar – Área Estratégica E: Governança Efetiva do Programa MaB, da RMRB e no interior das RB

Objetivo	Ação	Contributo ODS
E4. <i>Funcionamento efetivo das Redes regionais e temáticas</i>	E4.1 Contribuir de forma efetiva para as Redes regionais e temáticas em que o Comité MaB ou a RBIC participa (em particular através das ações da área estratégica B	   

4.2.1 Fichas de Ação

São de seguida apresentadas as Fichas de Ação por Área Estratégica e são identificadas as seguintes entidades nas fichas, como entidades responsáveis ou entidades parceiras: **CGRB** – Conselho de Gestão da Reserva da Biosfera; **DRA** – Direção Regional do Ambiente; **DRAg** – Direção Regional da Agricultura; **DRAIC** – Direção Regional do Apoio ao Investimento e Competitividade; **DRAM** – Direção Regional dos Assuntos do Mar; **DRC** – Direção Regional da Cultura; **DRCT** – Direção Regional da Ciência e Tecnologia; **DRE** – Direção Regional da Educação; **DREn** – Direção Regional da Energia; **DRP** – Direção Regional das Pescas; **DRTu** – Direção Regional do Turismo; **EDA** – Eletricidade dos Açores, S.A.; **FRCT** – Fundo Regional para a Ciência e Tecnologia; **GAL** – Grupos de Ação Local; **ONGAs** – Organizações Não Governamentais de Ambiente; **PNI** – Parque Natural de Ilha; **SDEA** – Sociedade de Desenvolvimento Empresarial dos Açores; **SREAT** - Secretaria Regional da Energia, Ambiente e Turismo; **VPGRA** – Vice-presidência do Governo Regional dos Açores.

A – A Rede Mundial de Reservas da Biosfera como modelo funcional para o desenvolvimento sustentável

FICHA DE AÇÃO

Código e Designação da Ação:

A1.1 Promover as RB como locais que contribuem ativamente para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (exemplo Energia acessível e não poluente, Cidades e comunidades sustentáveis, produção e consumo sustentável, Ação pelo clima; Vida marinha, Vida nos ecossistemas terrestres, Saúde e bem-estar)

Área Estratégica:

A - A Rede Mundial de Reservas da Biosfera como Modelo de Desenvolvimento Sustentável

Objetivo:

A1 - Reconhecimento das Reservas da Biosfera como modelos que contribuem para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e dos Acordos Multilaterais de Ambiente

Tarefas:

A1.1.1- Campanhas e ações para redução da poluição luminosa em parceria com projetos atualmente em curso (LuMinAves 2017-2020 e EELabs 2019-2022);

A1.1.2 - Campanhas de sensibilização para promover a conservação da identidade própria da paisagem, maioritariamente natural e por isso bastante rara (escolas, agentes turísticos, etc);

A1.1.3- Campanhas de sensibilização para restringir as pastagens em áreas mais declivosas, de modo a minimizar processos erosivos mais acentuados e a salvaguardar o bem-estar e segurança da população;

A1.1.4 - Elaboração de um estudo para definição de um modelo de encabeçamento sustentável no Caldeirão (por forma a promover a conservação da identidade própria da paisagem do Caldeirão e com vista à preservação da capacidade produtiva do solo e à prevenção da eutrofização da água da lagoa e manutenção das estruturas de turfeiras);

A1.1.5- Campanhas de sensibilização para a opção preferencial pela reabilitação, ao invés de novas construções;

A1.1.6- Campanhas para promoção de utilização de veículos elétricos pelas entidades públicas e privadas (reforço para os operadores turísticos)

A1.1.7- Campanhas para promoção da opção por equipamentos mais eficientes ou fontes de energia renováveis, por exemplo, para aquecimento de águas no sector doméstico (PRO-ENERGIA), (Consolidar a implementação dos programas de sensibilização para uma utilização racional da energia elétrica e para a requalificação do edificado para parâmetros de maior eficiência energética);

A1.1.8- Definição de produtos específicos diferenciadores da ilha do Corvo:

- Artesanato moderno;

- Produtos alimentares de base (MPB) e manuseados para integrar em projetos de gastronomia local e moderna (por exemplo: erva patinha; valorizar os produtos de pesca e outros recursos (ex: algas), valorizando comercialmente espécies menos pescadas e de baixo valor comercial mas de igual valor nutricional, diversificar a produção e o consumo);

A1.1.9- Desenvolvimento da estratégia de economia circular na ilha do Corvo (seguindo o caso piloto de outras RB);

A1.1.10 - Implementar medidas de gestão sustentável por segmento de frota, adotar o esforço de pesca aos recursos disponíveis (por exemplo, também em parceria com o projeto de Monitorização E-LOG da Pesca de pequena escala para a gestão partilhada de operações de pesca responsável – Projeto Piloto para as Ilhas da Biosfera);

A1.1.11 - Ações para promoção e sensibilização para agricultura (em particular a hortofrutícola) e pecuária em modo de produção biológico (MPB) (Fomentar a produção de produtos de Agricultura Biológicos com utilização do sistema rotulagem biológica, segundo as normas do Reg. (CE) n.º 834/2007 do Conselho de 28 de junho), na perspetiva em que estes podem contribuir de uma forma relevante para a sustentabilidade do território, da Natureza e das atividades humanas, e os serviços ambientais por ele obtidos são uma solução para as grandes questões que marcam a atualidade global: as alterações climáticas, a qualidade e disponibilidade da água e dos solos, a biodiversidade agrícola e dos ecossistemas, a saúde e bem-estar das pessoas. O MPB não só protege o principal capital dos Açores — a Natureza — como também o valoriza, através da criação de ecossistemas saudáveis, de bens alimentares essenciais de excelência, de emprego, da promoção do bem-estar animal e dos serviços dos ecossistemas, para as atuais gerações e para as futuras. Com esta base sólida, agregadora e durável, o MPB é também gerador de condições favoráveis para o desenvolvimento qualitativo e diferenciador de unidades de restauração, alojamento, eventos, etc. aliadas a um conjunto diversificado de atividades turísticas, tradicionais e inovadoras, nomeadamente ao nível da vivência de experiências de índole cultural, natural, paisagística, desportiva, de saúde, relaxamento e lazer;

FICHA DE AÇÃO

- A1.1.12 – Criação de uma associação de produtores locais, para que esta funcione como um agente facilitador de acesso a apoios técnicos e financeiros e como intermediário entre o produtor e o consumidor;
- A1.1.13 - Estudo da viabilidade de implementação de um sistema de veículos ativos através da implementação de um sistema de transição de veículos a combustíveis fósseis para um sistema partilhado de veículos elétricos;
- A1.1.14 - Fomentar e apoiar a implementação da Carta Europeia de Turismo Sustentável, como ferramenta para a gestão participada do ecoturismo no Corvo;
- A1.1.15 - Promover campanhas de sensibilização, porta a porta, sobre a separação do lixo e reciclagem, incluindo uma visita ao Centro de Resíduos, bem como ações em parceria para a sensibilização sobre o lixo marinho (parceria com o projeto OceanLit 2020-2022).

Entidades Responsáveis:	Entidades Parceiras:	
CGRBIC PNI	EDA / DREn SREAT/DRA DRC DRE DRAM DRAg	VPGRA / DRAIC DRP GAL Associações empresariais e de atividades económicas Município ONGAs

Cronograma de Execução

2020	2021	2022	2023	2024	2025
X	X	X	X	X	X

Indicadores

- Quantificação do n.º de dias por ano (e %) em que a ilha do Corvo foi alimentada por energias renováveis; (potência instalada em microgeração; quantidades microgeração); necessidades diárias de energia elétrica;
 - Quantificação do n.º de veículos elétricos na ilha do Corvo;
 - Quantificação do n.º de veículos a combustíveis fósseis novos e abatidos /ano;
- Quantificação do n.º de projetos de investigação com trabalho de campo realizado no Parque Natural da ilha do Corvo.

Relação com outras Ações:

–

FICHA DE AÇÃO

Código e Designação da Ação:

A1.2 Promover as RB como locais que contribuem ativamente para a implementação de Acordos Multilaterais de Ambiente, incluindo as metas de Aichi da Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB)

Área Estratégica:

A - A Rede Mundial de Reservas da Biosfera como Modelo de Desenvolvimento Sustentável

Objetivo:

A1 - Reconhecimento das Reservas da Biosfera como modelos que contribuem para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e dos Acordos Multilaterais de Ambiente

Tarefas:

A1.2.1- Realização de censos de aves marinhas, comuns e morcegos, efetuados anualmente na RBIC, em parceria com ONGAS ou o PNIC;

A1.2.2- Ações de remoção de espécies invasoras, em áreas naturais protegidas;

A1.2.3 - Projetos e ações de investigação apoiados e articulados com ações da Reserva da Biosfera (Ex: Plano de Ação Pós LIFE “Ilhas Santuário”; LIFE Natura I.P.; LIFE Vidalia; LuMinAves, MISTIC SEAS, EELabs, OceanLit);

A1.2.4 - Parceria com o projeto MOVE - Facilitating MAES to support regional policy in OVerseas Europe: mobilizing stakeholders and pooling resources – Fundo Regional da Ciência e Tecnologia (FRCT) (O projeto piloto MOVE pretende envolver decisores políticos, investigadores e a sociedade civil no desenvolvimento de metodologias para mapear e avaliar o estado dos ecossistemas e os seus serviços nas RUPs e PTUs da Europa);

A1.2.5 – Parceria em ações de monitorização e conservação (ações contra destruição e predação de ninhos) e prospeção de colónias de aves marinhas, em particular ameaçadas (ex: painho-de-monteiro) (parcerias com LIFE EuroSAP, LuMinAves, MISTIC SEAS).

Entidades Responsáveis:

CGRBIC
PNI

Entidades Parceiras:

ONGAs
Escolas
FRCT
DRAM

Cronograma de Execução:

2020	2021	2022	2023	2024	2025
X	X	X	X	X	X

Indicadores:

- N.º de iniciativas ou atividades específicas que contribuam para os AMA (cooperações com ONGAS; Projetos LIFE; FRCT, DRAM);
- Área anual de áreas protegidas onde foi promovida a remoção de espécies invasoras (% relativamente à área total de áreas protegidas);
- Área anual onde foi promovida a remoção de espécies invasoras (% relativamente à área total onde ocorrem as principais manchas de invasoras).

Relação com outras Ações:

—

FICHA DE AÇÃO

Código e Designação da Ação:

A1.3 Fomentar Acordos de cooperação entre RB ao nível local, regional e internacional para o património natural e para o benefício das comunidades locais

Área Estratégica:

A - A Rede Mundial de Reservas da Biosfera como Modelo de Desenvolvimento Sustentável

Objetivo:

A1- Reconhecimento das Reservas da Biosfera como modelos que contribuem para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e dos Acordos Multilaterais de Ambiente

Tarefas:

A1.3.1- Fomentar Acordos de cooperação entre RB ao nível local, regional e internacional para o património, numa visão holística (natural, cultural, humano, tangível e intangível), e para o benefício das comunidades locais (devem ser veiculadas as sinergias necessárias entre as entidades e tutelas presentes no território que é a RBIC para que, em conjunto, cada qual possa contribuir para a implementação do Plano de Ação);

A1.3.2 - Desenvolvimento de um roteiro do património natural e cultural, de forma holística;

A1.3.3 - Promover acordos com a DRC, no sentido de fomentar coordenadamente o património natural e cultural da RBIC.

Entidades Responsáveis:

CGRBIC

Entidades Parceiras:

SREAT/DRA/PNI
DRC
GAL
Município
ONGAs
DRC

Cronograma de Execução:

2020	2021	2022	2023	2024	2025
X	X	X	X	X	X

Indicadores:

- N.º de acordos celebrados.

Relação com outras Ações:

—

FICHA DE AÇÃO

Código e Designação da Ação:

A1. 3a Promover Acordos de cooperação com países terceiros para promover a criação de novas RB ou apoiar na gestão das RB existentes nesses países

Área Estratégica:

A - A Rede Mundial de Reservas da Biosfera como Modelo de Desenvolvimento Sustentável

Objetivo:

A1 - Reconhecimento das Reservas da Biosfera como modelos que contribuem para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e dos Acordos Multilaterais de Ambiente

Tarefas:

A1.3.1a - Desenvolvimento de parcerias com outras RB da RMRB (ex: Príncipe) que promovam também o envolvimento e motivação dos atores locais de cada RB com a troca de experiências e casos práticos.

Entidades Responsáveis:

Comité Nacional MaB

Entidades Parceiras:

CGRBIC

Cronograma de Execução:

2020	2021	2022	2023	2024	2025
X	X	X	X	X	X

Indicadores:

- N.º de colaborações e parcerias criadas e concretizadas para promover o Programa MaB, a criação de novas RB ou de apoio à sua gestão

Relação com outras Ações:

—

FICHA DE AÇÃO

Código e Designação da Ação:

A1.4 - Utilizar as RB como locais prioritários para a investigação, monitorização, mitigação e adaptação às alterações climáticas, incluindo o apoio ao Acordo de Paris (COP21 UNFCCC)

Área Estratégica:

A - A Rede Mundial de Reservas da Biosfera como Modelo de Desenvolvimento Sustentável

Objetivo:

A1 - Reconhecimento das Reservas da Biosfera como modelos que contribuem para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e dos Acordos Multilaterais de Ambiente

Tarefas:

A1.4.1 - Projetos e iniciativas implementadas na RBIC, que contribuam para a implementação da Estratégia Regional para as Alterações Climáticas e Programa Regional para as Alterações Climáticas (PRAC), designadamente as Medidas: ECO15, ECO20, ECO21, ECO23 e ECO24 (Ex: energia, consumo de água, Projeto Corvo Sustentável e Projeto do Parque Fotovoltaico do Corvo, entre outros.);

A1.4.2 - Campanhas para promoção de utilização de veículos elétricos pelas entidades públicas e privadas (reforço para os operadores turísticos);

A1.4.3 - Campanhas para promoção da opção por equipamentos mais eficientes e / ou fontes de energia renováveis, por exemplo, para aquecimento de águas no sector doméstico (PRO-ENERGIA), (Consolidar a implementação dos programas de sensibilização para uma utilização racional da energia elétrica e para a requalificação do edificado para parâmetros de maior eficiência energética);

Entidades Responsáveis:

CGRBIC

Entidades Parceiras:

DRA / PNI
DREn
DRTu

Cronograma de Execução:

2020	2021	2022	2023	2024	2025
X	X	X	X	X	X

Indicadores:

- N.º de projetos e iniciativas implementadas na RBIC, que contribuam para a implementação da Estratégia Regional para as Alterações Climáticas e PRAC (Ex: energia, consumo de água; etc.)

Relação com outras Ações:

A1.1

FICHA DE AÇÃO

Código e Designação da Ação:

A1. 5 Promover iniciativas de economia verde/sustentável e social nas RB

Área Estratégica:

A - A Rede Mundial de Reservas da Biosfera como Modelo de Desenvolvimento Sustentável

Objetivo:

A1 - Reconhecimento das Reservas da Biosfera como modelos que contribuem para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e dos Acordos Multilaterais de Ambiente

Tarefas:

A1.5.1 - Potenciar a atividade piscatória com a pesca-turismo;

A1.5.2 - Desenvolver ações de literacia e capacitação do mar e da agricultura e de economia social (articular com o artesanato moderno e produtos alimentares locais e parceria com o projeto OceanLit);

A1.5.3 - Potenciar a atividade de passeios a pé/Hiking (Colaborar ativamente com a DRC no trabalho que está já em curso no âmbito do mapeamento, limpeza e manutenção dos caminhos e atalhos antigos que interligam todo o território (Vila, Terras de cima, terras de baixo, baldio e caldeirão), com vista à conceção de trilhos, homologados ou não, que permitam a interpretação do território que é a RBIC);

A1.5.4 - Desenvolver ações para promoção e incentivo à produção e uso de produtos alimentares locais – existência de prémios, workshops, entre outros;

A1.5.5 - Dinamização de um mercado quinzenal ou mensal com produtos Marca Biosfera (incluindo serviços);

A1.5.6 - Atividades de promoção de práticas sustentáveis, com ações para identificar e premiar, por exemplo, o produtor / agricultor / pescador com práticas mais sustentáveis;

A1.5.7 - Potencial parceria com o Projeto RURITAGE (<https://www.ruritage.eu/project/>) (articulação com a ação A4.3, A4.5 e A7.3);

A1.5.8 - Desenvolvimento de workshops, em parceria com os Grupos de Ação Local, relacionados com economia verde e social na RB para alunos do 3.º ciclo, ensino secundário e ensino profissional, e para cursos de empreendedorismo;

A1.5.9 - Elaborar o Guia de Boas práticas para o Turismo Sustentável da RBIC;

A1.5.10 - Parceria com o projeto de Monitorização E-LOG da Pesca de pequena escala para a gestão partilhada de operações de pesca responsável – Projeto Piloto para as Ilhas da Biosfera);

A1.5.11 - Fomentar o associativismo possibilitando um aumento de competitividade por via da economia de escala nos processos de negociação com os fornecedores;

A1.5.12 - Promover a reintrodução de cultivos tradicionais como o trigo, o milho e a junça, contribuindo para uma maior biodiversidade, uma alimentação mais saudável e um desenvolvimento do mercado local;

A1.5.13 - Instalar contentores para os resíduos diferenciados, adequados ao contexto do Corvo (máximo efeito da proximidade do mar e espaços públicos de reduzida dimensão, tal como as vias de circulação).

Entidades Responsáveis:

CGRBIC

Entidades Parceiras:

EDA / DREn

SREAT/DRA/PNI

DRC

DRE

DRAM

DRAg - Serviço de Desenvolvimento Agrário das Flores e Corvo (SDAFC)

DRTu

DRP

GAL

Associações empresariais e de atividades económicas (ex: Associação Agrícola da Ilha do Corvo (AAIC))

Município

ONGAs

Cronograma de Execução:

FICHA DE AÇÃO					
2020	2021	2022	2023	2024	2025
X	X	X	X	X	X
Indicadores: - N.º de iniciativas de agricultura biológica e de pecuária assente em práticas sustentáveis; - N.º de ações de formação para a capacitação dos empresários/empresas na área da economia verde/sustentável e social; - N.º de empresas de bens e serviços detentores de marcas ambientais.					
Relação com outras Ações: A1.1; A1.6; A1.8; A4.3; A4.5; A7.3					

FICHA DE AÇÃO

Código e Designação da Ação:

A1.6 - Promover investigação e garantir a conservação a longo prazo dos ecossistemas que integram as RB, incluindo a recuperação e a gestão adequada dos ecossistemas degradados

Área Estratégica:

A - A Rede Mundial de Reservas da Biosfera como Modelo de Desenvolvimento Sustentável

Objetivo:

A1 - Reconhecimento das Reservas da Biosfera como modelos que contribuem para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e dos Acordos Multilaterais de Ambiente

Tarefas:

- A1.6.1 - Realização de censos de aves marinhas, comuns e morcegos, efetuados na RBIC, em parceria com ONGAS ou o PNIC;
- A1.6.2 - Ações de remoção de espécies invasoras, em áreas naturais protegidas;
- A1.6.3 - Recuperar, requalificar e manter os trilhos pedestres existentes e efetuar a sua correta gestão da conservação contribuindo nomeadamente para a requalificação de ecossistemas degradados;
- A1.6.4 - Parceria com o projeto de Monitorização E-LOG da Pesca de pequena escala para a gestão partilhada de operações de pesca responsável – Projeto Piloto para as Ilhas da Biosfera);
- A1.6.5 - Projetos e ações de investigação apoiados e articulados com ações da Reserva da Biosfera (por exemplo: Pós LIFE “Ilhas Santuário”; DRC/Ecomuseu do Corvo; Requalificação da Reserva Biológica do Corvo e área adjacente; LIFE VIDALIA, LIFE AZORES NATURA, LuMinAves, EELabs, OceanLit);
- A1.6.6 - Parceria com o projeto MOVE - Facilitating MAES to support regional policy in OVerseas Europe: mobilizing stakeholders and pooling resources – Fundo Regional da Ciência e Tecnologia (O projeto piloto MOVE pretende envolver decisores políticos, investigadores e a sociedade civil no desenvolvimento de metodologias para mapear e avaliar o estado dos ecossistemas e os seus serviços nas RUPs e PTUs da Europa).

Entidades Responsáveis:

PNI

Entidades Parceiras:

CGRBIC	GAL
SREAT/DRA/PNI	DRCT
DRTu	ONGAs
DRP	DRC
DRAM	

Cronograma de Execução:

2020	2021	2022	2023	2024	2025
X	X	X	X	X	X

Indicadores:

- N.º de censos de aves marinhas, comuns e morcegos, efetuados anualmente na RBIC;
- Área anual de áreas protegidas onde foi promovida a remoção de espécies invasoras (% relativamente à área total de áreas protegidas);
- Área anual onde foi promovida a remoção de espécies invasoras (% relativamente à área total onde ocorrem as principais manchas de invasoras).
- Extensão de caminhos e trilhos antigos recuperados (km);
- N.º Projetos e ações de investigação apoiados (ex: Pós LIFE “Ilhas Santuário”; DRC/Ecomuseu do Corvo; LIFE NATURA; LIFE VIDALIA; LuMinAves, EELabs, OceanLit).

Relação com outras Ações:

A1.1; A1.2; A1.5; A4.3; A4.5; A7.3

FICHA DE AÇÃO

Código e Designação da Ação:

A1.8 - Identificar boas práticas e divulgar com vista à sua replicação

Área Estratégica:

A - A Rede Mundial de Reservas da Biosfera como Modelo de Desenvolvimento Sustentável

Objetivo:

A1 - Reconhecimento das Reservas da Biosfera como modelos que contribuem para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e dos Acordos Multilaterais de Ambiente

Tarefas:

A1.8.1 - Identificar e listar boas práticas, designadamente, ambientais e agrícolas, associadas à poupança de água e redução de resíduos, e divulgar com vista à sua replicação. – ex.: “Guia de Boas Práticas sobre a Poluição Luminosa”; “Estratégia para a mitigação da Poluição Luminosa na Macaronésia (no âmbito do projeto LuMinAves)”; Tornar a ilha “Livre de plásticos e vidro”; glifosato, fertilizantes; ações de divulgação com vídeos de 1 min, para divulgar nas redes sociais, com mensagem curta e clara (ex: um slogan e imagem);

A1.8.2 - Newsletter da Rede Regional das Reservas da Biosfera (RRRB) das boas práticas (semestral ou anual) de cada uma das RB para divulgação;

A1.8.3 - Elaborar o Guia de Boas práticas para o Turismo Sustentável da RBIC;

A1.8.4 - Desenvolvimento de um Manual de Boas Práticas da RB, com contributos da população, sobre iniciativas e metodologias para a implementação e cumprimento dos objetivos das RB (partilhado com as restantes RB dos Açores).

Entidades Responsáveis:

CGRBIC
PNI

Entidades Parceiras:

SREAT/DRA
DRTu
DRP
GAL
ONGAs

Cronograma de Execução:

2020	2021	2022	2023	2024	2025
X	X	X	X	X	X

Indicadores:

- Listagem e número de boas práticas selecionadas e divulgadas;
- Desenvolvimento de Guia de Boas práticas para o turismo sustentável e Manual de Boas Práticas da RB.

Relação com outras Ações:

A1.5

FICHA DE AÇÃO

Código e Designação da Ação:

A2.1 (A2.2 + A2.3) - Assegurar que os processos de designação, gestão, monitorização e revisão periódica das RB são abertos e participativos

Área Estratégica:

A - A Rede Mundial de Reservas da Biosfera como Modelo de Desenvolvimento Sustentável

Objetivo:

A2 - Seleção, planificação e implementação das RB como processos abertos e participativos

Tarefas:

A2.1.1 - Reuniões do Conselho de Gestão da Reserva da Biosfera da Ilha do Corvo;

A2.1.2 - Presença de representante(s) da RBIC em reuniões de Redes formais de RB (EuroMaB, IberoMaB; REDBIOS, WNICBR, etc.);

A2.1.3 - Desenvolvimento de processos de orçamento e escolha participativa pela população de ações a desenvolver para produtos e atividades de desenvolvimento sustentável da RBC (ex: sistemas de divulgação, promoção e votação participativa; desenvolvimento de ações com concursos de ideias para produtos, atividades e promoção da sua RB, exposições relacionadas com a RB; voluntariado ambiental envolvendo diferentes públicos-alvo (escolas; população ativa; população idosa), com prémios que impliquem a participação do vencedor em eventos de divulgação das RB, ou apresentação das suas ideias na RTP Açores, ou visitas a outras RB (regionais, nacionais ou internacionais).

A2.1.4 - Realização de sessões de formação/capacitação na RBIC que envolveram atores locais e/ou regionais;

A2.1.5 - Desenvolvimento de um Manual de Boas Práticas da RB, com contributos da população, sobre iniciativas e metodologias para a implementação e cumprimentos dos objetivos das RB (partilhado com as restantes RB dos Açores).

Entidades Responsáveis:

CGRBIC
PNI

Entidades Parceiras:

Comité Nacional MaB

Cronograma de Execução:

2020	2021	2022	2023	2024	2025
X	X	X	X	X	X

Indicadores:

- Número e tipologia de metodologias participativas utilizadas (exemplos: conselho consultivo, orçamento participativo, grupos de trabalho, oficinas, exposições dialogadas, consultas públicas) por RB
- Número de reuniões do Conselho de Gestão da Reserva da Biosfera da Ilha do Corvo;
- Número de presenças de representante(s) da RBIC nas reuniões do Comité Nacional MaB;
- Número de presenças de representante(s) da RBIC em reuniões de Redes formais de RB (EuroMaB, IberoMaB; REDBIOS, WNICBR, etc.);
- Número e descrição de projetos e ações associadas a gestão participativa da população na RBIC.

Relação com outras Ações:

—

FICHA DE AÇÃO

Código e Designação da Ação:

A3.1 Reconhecimento das RB na legislação, políticas e programas regionais e nacionais

Área Estratégica:

A - A Rede Mundial de Reservas da Biosfera como Modelo de Desenvolvimento Sustentável

Objetivo:

A3 - Integração das RB na legislação e nos Programas regionais e/ou nacionais e apoio ao seu funcionamento

Tarefas:

A3.1.1 - Listar e contabilizar o número de referências às RB na diversa legislação, planos e programas setoriais, IGT's;
A3.1.2 - Estudar a existência de lacunas legislativas ou de planos e programas existentes e se necessário analisar as prioridades legislativas necessárias.

Entidades Responsáveis:

CGRBIC

Entidades Parceiras:

DRA/PNI

Cronograma de Execução:

2020	2021	2022	2023	2024	2025
X	X	X	X	X	X

Indicadores:

- N.º de referências às RB nos instrumentos de planeamento estratégico, na programação financeira com apoio comunitário, nos instrumentos de desenvolvimento regional e nacional, de ambiente e de ordenamento e gestão do território

Relação com outras Ações:

—

FICHA DE AÇÃO

Código e Designação da Ação:

A3.2 Assegurar estruturas de governança e de gestão eficazes em cada RB

Área Estratégica:

A - A Rede Mundial de Reservas da Biosfera como Modelo de Desenvolvimento Sustentável

Objetivo:

A3 - Integração das RB na legislação e nos instrumentos de planeamento regionais e nacionais e apoio ao seu funcionamento

Tarefas:

A3.2.1 - Articulação do plano de ação da RB com as ações previstas pelo Programa de Ordenamento Turístico da Região Autónoma dos Açores, nomeadamente ao nível das suas medidas direccionadas para as ilhas Reservas da Biosfera e das ações AP_BT_01 (Desenvolvimento do Plano de Ação Integrado para a Implementação das Rotas e Roteiros da RAA); AP_BT_04 (Criação de um programa de “embaixadores” do turismo nas ilhas de Santa Maria, Graciosa, São Jorge, Flores e Corvo); AP_BT_06 (Elaboração de um plano de gestão e desenvolvimento da rede trilhos), assumindo-o como instrumento partilhado para a sua implementação;

A3.2.2 - Desenvolver abordagens inovadoras, nomeadamente ao nível tecnológico, para uma efetiva gestão das reservas da Biosfera;

A3.2.3 - Desenvolver um projeto articulado com o município, DRC/Ecomuseu do Corvo, associações locais, para o envolvimento e divulgação da RB em eventos culturais e de expressão popular e da dinamização de embaixadores da ilha – contar a ilha, as suas pessoas, etc;

A3.2.4 - Desenvolvimento de um modelo de gestão e governação da RB assente em parceria de entidades públicas e privadas / ou associações da RB, de modo a envolver e comprometer cada vez mais a população e stakeholders da RB na sua gestão;

A3.2.5 - Organização de uma equipa operacional para a gestão e implementação do Plano de Ação da RB, dotado de técnico(s) qualificado(s) e com recursos financeiros adequados ao desenvolvimento de iniciativas, projetos, ações, etc.

Entidades Responsáveis:

CGRBIC

Entidades Parceiras:

DRA/PNI
DRTu
DRC
GAL
Municípios
ONGAs

Cronograma de Execução:

2020	2021	2022	2023	2024	2025
X	X	X	X	X	X

Indicadores:

- Identificar nos Orçamentos Regionais as rubricas e verbas destinadas às RB dos Açores;
- Identificar parcerias e modelos de gestão e governança da RB;
- Evolução do grau de execução e resultados das ações desenvolvidas em parceria com o POTRAA.

Relação com outras Ações:

–

FICHA DE AÇÃO

Código e Designação da Ação:

A4.1 Estabelecer parcerias com universidades/instituições de investigação para a realização de projetos, em especial com Cátedras e Centros Associados da UNESCO

Área Estratégica:

A - A Rede Mundial de Reservas da Biosfera como Modelo de Desenvolvimento Sustentável

Objetivo:

A4 - Promover investigação, aprendizagem prática e formação de apoio à gestão das RB e ao seu desenvolvimento sustentável

Tarefas:

- A4.1.1 - Parcerias com instituições académicas e de formação especializada (ex. com CIVISA/IVAR; INOVA; Universidade dos Açores);
- A4.1.2 - Promover o desenvolvimento de publicações resultantes das parcerias estabelecidas entre as RB e as instituições académicas;
- A4.1.3 - Criação de Cátedras UNESCO no âmbito da Rede Regional de RB, que abranjam outras RB nacionais e internacionais dentro da mesma temática (ex. Cátedra UNESCO da UC);
- A4.1.4 - Parcerias com Cátedras UNESCO no âmbito da Rede Regional de RB, que abranjam outras RB nacionais e internacionais dentro da mesma temática (ex. Cátedra UNESCO da UC, Cátedra UNESCO – o Património Cultural dos Oceanos) e promover a parceria entre as Cátedras e a Universidade dos Açores, que promovam o debate sobre o desenvolvimento das RB;
- A4.1.5 - Identificar e contabilizar o número de teses de mestrado e/ou doutoramento desenvolvidas em Reservas da Biosfera em parceria com Instituições Ensino Superior e/ou Cátedras da UNESCO (investigação e formação);
- A4.1.6 - Identificar temas e áreas com lacunas de conhecimento a desenvolver no âmbito das RB;
- A4.1.7 - Desenvolvimento de workshops, em parceria com os Grupos de Ação Local, relacionados com economia verde e social na RB para alunos do 3.º ciclo, ensino secundário e ensino profissional, e para cursos de empreendedorismo;
- A4.1.8 - Potencial parceria com o projeto RURITAGE;
- A4.1.9 - Estimular a criação de produtos exportáveis com base em espécies existentes na ilha do Corvo.

Entidades Responsáveis:

CGRBIC

Entidades Parceiras:

Comité Nacional MaB
Entidades formadoras, de ensino e de I&D+i
GAL; ONGAs

Cronograma de Execução:

2020	2021	2022	2023	2024	2025
X	X	X	X	X	X

Indicadores:

- N.º de parcerias pontuais (até 1 ano) e estáveis (mais de 1 ano) com instituições académicas para a realização de projetos de investigação nas RB e/ou sobre RB
- N.º de RB com parcerias com instituições académicas;
- N.º de publicações resultantes das parcerias estabelecidas entre as RB e as instituições académicas;
- N.º de Cátedras UNESCO criadas;
- N.º de teses de mestrado e/ou doutoramento desenvolvidas em Reservas da Biosfera em parceria com Instituições Ensino Superior e/ou Cátedras da UNESCO (investigação e formação);
- Projetos de produtos exportáveis com base em espécies existentes na ilha do Corvo.

Relação com outras Ações:

A4.2

FICHA DE AÇÃO

Código e Designação da Ação:

A4.2 Estabelecer parcerias com instituições de ensino e formação, em especial com Cátedras, Centros e Escolas Associadas da UNESCO, para desenvolver atividades educativas e de capacitação aos stakeholders das RB, incluindo gestores e proprietários, tendo em conta os ODS

Área Estratégica:

A - A Rede Mundial de Reservas da Biosfera como Modelo de Desenvolvimento Sustentável

Objetivo:

A4 - Promover investigação, aprendizagem prática e formação de apoio à gestão das RB e ao seu desenvolvimento sustentável

Tarefas:

A4.2.1 - Realização de sessões de formação/capacitação na RBIC que envolveram atores locais e/ou regionais;

A4.2.2 - Desenvolvimento de processos de orçamento e escolha participativa pela população de ações a desenvolver para produtos e atividades de desenvolvimento sustentável da RBIC (por exemplo: sistemas de divulgação, promoção e votação participativa como seminários, congressos, workshops abertos a toda a população; desenvolvimento de ações com concursos de ideias para produtos, atividades e promoção da sua RB, envolvendo diferentes públicos-alvo (escolas; população ativa; população idosa), com prémios que impliquem a participação do vencedor em eventos de divulgação das RB, ou apresentação das suas ideias na RTP Açores, ou visitas a outras RB (regionais, nacionais ou internacionais); Desenvolvimento de ações (oficinas de trabalho, exposições, etc.) de envolvimento e/ou através de gamificação nas escolas para diferentes ciclos, para a população em idade ativa e para idosos;

A4.2.3 - Desenvolvimento de workshops, em parceria com os Grupos de Ação Local, relacionados com economia verde e social na RB para alunos do 3.º ciclo, ensino secundário e ensino profissional, e para cursos de empreendedorismo;

A4.2.4 - Potencial parceria com o Projeto RURITAGE (<https://www.ruritage.eu/project/vision>) (articulação com a ação A4.5 e A7.3);

A4.2.5 - Promover e incentivar a adesão a programas europeus que potenciam o conhecimento recíproco das RB (ex: Erasmus +);

A4.2.6 - Promover parcerias para a realização de programas de formação para as empresas que “operem” em áreas protegidas;

A4.2.7 - Promover na ilha do Corvo (ou em parceria com outra RB) Cursos de Formação e Creditação para Guias da Reserva da Biosfera;

A4.2.8 - Intensificar a formação dos profissionais do setor das pescas (incluindo apanha de algas e outros recursos marinhos vivos), promover cursos de reciclagem e aprendizagem – parceria com o projeto E-LOG.

Entidades Responsáveis:

CGRBIC

Entidades Parceiras:

Comité Nacional MaB
Entidades formadoras, de ensino e de I&D+i
DRP
DRA/PNI

Cronograma de Execução:

2020	2021	2022	2023	2024	2025
X	X	X	X	X	X

Indicadores:

- Listar e contabilizar o número de parcerias com instituições de ensino e formação;
- Listar e contabilizar o número de sessões de formação/capacitação realizadas por ano na RBIC que envolveram atores locais e/ou regionais.

Relação com outras Ações:

A4.1; A4.5; A7.3

FICHA DE AÇÃO

Código e Designação da Ação:

A4.3 Oferecer apoio à investigação em todas as RB e transferir o resultado dos projetos para a prática

Área Estratégica:

A - A Rede Mundial de Reservas da Biosfera como Modelo de Desenvolvimento Sustentável

Objetivo

A4 - Promover investigação, aprendizagem prática e formação de apoio à gestão das RB e ao seu desenvolvimento sustentável

Tarefas:

A4.3.1 - Implementação das ações A.1.2., A.1.4, A.1.6. e A.4.1, complementando essas ações com a realização de sessões dirigidas aos gestores, população e atores de desenvolvimento local, onde são explicados os trabalhos de investigação em curso e/ou os seus resultados;

A4.3.2 - Desenvolvimento de um Manual de Boas Práticas da RB, com contributos da população, sobre iniciativas e metodologias para a implementação e cumprimentos dos objetivos das RB (partilhado com as restantes RB dos Açores);

A4.3.3 - Parceria com projeto E-LOG e RURITAGE.

Entidades Responsáveis:

CGRBIC

Entidades Parceiras:

DRA/PNI

DRP

ONGAs

Cronograma de Execução:

2020	2021	2022	2023	2024	2025
X	X	X	X	X	X

Indicadores:

- Listar e contabilizar o número projetos com resultados gerados que sejam pertinentes para a gestão da RBIC;

- Listar e contabilizar o número de sessões dirigidas aos gestores, população e atores de desenvolvimento local onde são explicados os trabalhos de investigação em curso e/ou os seus resultados.

Relação com outras Ações:

A.1.2., A.1.4, A.1.6; A.4.1; A4.2

FICHA DE AÇÃO

Código e Designação da Ação:

A4.4 Identificar e divulgar boas práticas de desenvolvimento sustentável e identificar e eliminar (ou minimizar no caso de não ser possível a sua erradicação) práticas não sustentáveis nas RB

Área Estratégica:

A - A Rede Mundial de Reservas da Biosfera como Modelo de Desenvolvimento Sustentável

Objetivo:

A4 - Promover investigação, aprendizagem prática e formação de apoio à gestão das RB e ao seu desenvolvimento sustentável

Tarefas:

A4.4.1 - Identificação de boas práticas de desenvolvimento sustentável na RBIC e de práticas não sustentáveis;
 A4.4.2 - Eliminação ou minimização de práticas não sustentáveis na RBIC (ex: incentivar o uso de armadilhas Good Nature para Controlo ou Erradicação de Roedores em vez de usar rodenticidas em algumas áreas, particularmente nas Áreas Protegidas, uso de plásticos e vidros não reutilizáveis, fertilizantes, glifosato, entre outros);
 A4.4.3 - Desenvolvimento de um Manual de Boas Práticas da RB, com contributos da população, sobre iniciativas e metodologias para a implementação e cumprimentos dos objetivos das RB (partilhado com as restantes RB dos Açores);
 A4.4.4 - Promover parcerias para a realização de programas de formação para as empresas que "operem" em áreas protegidas;
 A4.4.5 – Analisar a viabilidade da implementação de um sistema de gestão de acessos de visitantes "diários" ao Corvo (que afluem apenas por um período do dia, em excursão de barco, regressando no próprio dia à ilha das Flores), com introdução de taxa cuja receita reverta para investimento local em formação, capacitação, melhoria da qualidade de vida a população, entre outros. Esta ação deverá ter como primeira tarefa a implementação de um sistema de monitorização do número de pessoas que afluem à ilha do Corvo neste regime, ao longo de todo o ano, monitorizando também o número de visitantes em simultâneo).

Entidades Responsáveis:

CGRBIC

Entidades Parceiras:

DRA/PNI
 DRTu
 Município
 GAL
 ONGAS
 Associações empresariais e de atividade económicas

Cronograma de Execução:

2020	2021	2022	2023	2024	2025
X	X	X	X	X	X

Indicadores:

- Listar e contabilizar o número de boas práticas identificadas na RBIC;
- Listar e contabilizar o número de práticas não sustentáveis identificadas, eliminadas ou minimizadas na RBIC (plásticos e vidros não reutilizáveis, fertilizantes, glifosatos);
- Implementação do sistema de monitorização de visitantes.

Relação com outras Ações:

—

FICHA DE AÇÃO

Código e Designação da Ação:

A4.5 Incentivar gestores, comunidades locais e outros stakeholders das RB a colaborar na elaboração e implementação de projetos que apoiem na gestão e no desenvolvimento sustentável da sua RB

Área Estratégica:

A - A Rede Mundial de Reservas da Biosfera como Modelo de Desenvolvimento Sustentável

Objetivo:

A4 - Promover investigação, aprendizagem prática e formação de apoio à gestão das RB e ao seu desenvolvimento sustentável

Tarefas:

A4.5.1 - Desenvolvimento de projetos para a gestão e para o desenvolvimento do território classificado da RBIC, nomeadamente ao nível de:

- Custódia do território, como instrumento para o desenvolvimento de algumas das ações associadas à formação e capacitação (ex: Atividades 2.1.2; 2.2.1 – Formação e difusão sobre a Custódia de Território e Ecoturismo; cartografia e inventário de espaços idóneos para desenvolver acordos de custódia e para atividades Ecoturísticas, assim como das entidades de custódia com potencial atuação na ilha; etc.);

- Definição de objetivos de qualidade de paisagem a nível municipal/ilha, em conjunto com as forças vivas locais, e definir uma estratégia de gestão conjunta no produto e imagem da RB (ex: contribuir para a valorização da paisagem, através do contributo conjunto com a câmara municipal para a definição de critérios de qualidade arquitetónica e da requalificação do património cultural construído identitário das paisagens açorianas e preservar os elementos que testemunham diferentes períodos de humanização da paisagem).

A4.5.2 - Criação do programa do “embaixador” da RB (em articulação com o POTRAA);

A4.5.3 - Reforço da promoção do Geoturismo e do *Touring* Cultural e Natural para os meses de março, abril, maio, setembro e outubro;

A4.5.4 - Estimular a criação de produtos exportáveis com base nas espécies existentes no Corvo;

A4.5.5 - Manutenção, diversificação e ampliação da rede de trilhos do Corvo;

A4.5.6 - Fomentar e apoiar a implementação da Carta Europeia de Turismo Sustentável, como ferramenta para a gestão participada do ecoturismo no Corvo;

A4.5.7 - Potencial parceria com o Projeto RURITAGE (<https://www.ruritage.eu/project/>) (articulação com a ação 7.3).

Entidades Responsáveis:

CGRBIC

Entidades Parceiras:

DRA/PNI
Município
DRTu; DRC
ONGAs

Cronograma de Execução:

2020	2021	2022	2023	2024	2025
X	X	X	X	X	X

Indicadores:

- Listar e contabilizar o número de projetos importantes para a gestão e para o desenvolvimento do território classificado da RBIC – Implementar o projeto de custódia do território;
- Listar e contabilizar o número sessões de esclarecimento e fóruns colaborativos sobre a RBIC;
- Monitorização bienal dos Planos de Ação das RB, em processo de gestão participativa.

Relação com outras Ações:

A1.1; A7.3

FICHA DE AÇÃO

Código e Designação da Ação:

A5.1 Desenvolver estudo prévio sobre as estruturas económicas de cada RB (n.º e tipologia de empresas, produtos tradicionais, etc) e identificar potenciais fontes geradoras de receitas

Área Estratégica:

A - A Rede Mundial de Reservas da Biosfera como Modelo de Desenvolvimento Sustentável

Objetivo:

A5 - Sustentabilidade económica das RB

Tarefas:

A5.1.1 - Desenvolvimento de um estudo sobre estruturas económicas e potenciais fontes de receitas (viabilidade económica);
A5.1.2 - Definição do quadro financeiro com fontes de financiamento público-privadas para o desenvolvimento do Plano de Ação da RBIC.

Entidades Responsáveis:

CGRBIC

Entidades Parceiras:

DRA/PNI
Município
DRTu
DRAIC

Cronograma de Execução:

2020	2021	2022	2023	2024	2025
X	X	X	X	X	X

Indicadores:

- Listar e contabilizar o número de estudo sobre estruturas económicas e potenciais fontes de receitas (viabilidade económica);
- Elaborar quadro financeiro com fontes de financiamento público-privadas para o desenvolvimento do Plano de Ação da RBIC.

Relação com outras Ações:

A5.2

FICHA DE AÇÃO

Código e Designação da Ação:

A5.2 Elaborar um plano de negócios para cada RB para garantir o cumprimento do plano de gestão que inclua a geração de receitas e de parcerias efetivas com potenciais financiadores

Área Estratégica:

A - A Rede Mundial de Reservas da Biosfera como Modelo de Desenvolvimento Sustentável

Objetivo:

A5 - Sustentabilidade económica das RB

Tarefas:

A5.2.1 - Identificação de modelos /projetos de planos de negócios aplicáveis à RBIC;
 A5.2.2 - Desenvolvimento de uma estratégia para criação de cadeias produtivas de bens e serviços com base nas reservas da Biosfera;
 A5.2.3 - Realização de estudos de custo-benefício e de sistemas de partilha de benefícios e responsabilidades, e implementar as prioridades por eles definidas;
 A5.2.4 - Definição de um modelo de financiamento próprio para a RB, assente na valorização do usufruto da RB pelos visitantes (por exemplo: taxa turística);
 A5.2.5 - Gestão transversal entre as RB dos Açores do financiamento proveniente do Comité MAB (eeaGrants) para ações transversais dos seus planos de ação;
 A5.2.6 - Promover parcerias para angariar fundos a partir de entidades externas com objetivos compatíveis com o Programa MaB.

Entidades Responsáveis:

CGRBIC

Entidades Parceiras:

DRA/PNI

Cronograma de Execução:

2020	2021	2022	2023	2024	2025
X	X	X	X	X	X

Indicadores:

- Modelos /projetos de planos de negócios aplicáveis à RBIC implementados;
 - Identificação e número de cadeias produtivas de bens e serviços com base nas reservas da Biosfera.

Relação com outras Ações:

A3.2; A5.1

FICHA DE AÇÃO

Código e Designação da Ação:

A5.3 Implementar o plano de negócios da RB para gerar receitas

Área Estratégica:

A - A Rede Mundial de Reservas da Biosfera como Modelo de Desenvolvimento Sustentável

Objetivo:

A5 - Sustentabilidade económica das RB

Tarefas:

A5.3.1 - Implementação do plano de negócios selecionado na Ação A5.2.

Entidades Responsáveis:

CGRBIC

Entidades Parceiras:

DRA/PNI

Cronograma de Execução:

2020	2021	2022	2023	2024	2025
X	X	X	X	X	X

Indicadores:

- Quantificar a percentagem de orçamento gerado na RBIC.

Relação com outras Ações:

A5.2

FICHA DE AÇÃO

Código e Designação da Ação:

A5.4 Aumentar os contributos financeiros nacionais e outros para as RB

Área Estratégica:

A - A Rede Mundial de Reservas da Biosfera como Modelo de Desenvolvimento Sustentável

Objetivo:

A5 - Sustentabilidade económica das RB

Tarefas:

A5.4.1 - Candidatura a fundos ou programas de financiamento nacionais e internacionais para o desenvolvimento de ações e projetos, que permitam apoiar também o financiamento de recursos humanos e da operacionalização;

A5.4.2 - Gestão transversal entre as RB dos Açores do financiamento proveniente do Comité MAB (eeaGrants) para ações transversais dos seus planos de ação.

Entidades Responsáveis:

CGRBIC

Entidades Parceiras:

DRA/PNI

Cronograma de Execução:

2020	2021	2022	2023	2024	2025
X	X	X	X	X	X

Indicadores:

- Quantificar a percentagem de verbas afetas à RBIC oriundas de fundos públicos.

Relação com outras Ações:

A5.1; A5.3

FICHA DE AÇÃO

Código e Designação da Ação:

A6.2 Utilizar processos de gestão adaptativa nas RB

Área Estratégica:

A - A Rede Mundial de Reservas da Biosfera como Modelo de Desenvolvimento Sustentável

Objetivo:

A6 - Funcionamento eficaz da RMRB com o cumprimento do Quadro Estatutário por todas as RB

Tarefas:

A6.2.1- Realização de reuniões, encontros e iniciativas associadas a processos participativos para a gestão e tomada de decisão na RBIC, que demonstrem existir um processo participativo de governança, como por exemplo as resultantes das ações A.2.1 e A.4.2;

A6.2.2- Desenvolvimento das ações associadas ao livre acesso à informação da RBIC e à divulgação das suas ações e resultados, nomeadamente ao nível do Plano de Ação, e em particular ao nível das ações da Área Estratégica 4.

Entidades Responsáveis:

CGRBIC

Entidades Parceiras:

-

Cronograma de Execução:

2020	2021	2022	2023	2024	2025
X	X	X	X	X	X

Indicadores:

- N.º de reuniões, encontros e tomada de decisões que demonstrem existir um processo participativo de governança;
- N.º de oportunidades criadas que demonstrem que o processo de governança é transparente e equitativo nas RB e que demonstrem que o acesso à informação é aberto.

Relação com outras Ações:

A2.1; A4.2

FICHA DE AÇÃO

Código e Designação da Ação:

A7.1 Identificar os serviços dos ecossistemas e facilitar o seu aprovisionamento a longo-prazo, incluindo aqueles que contribuem para a saúde e bem-estar

Área Estratégica:

A - A Rede Mundial de Reservas da Biosfera como Modelo de Desenvolvimento Sustentável

Objetivo:

A7 - Reconhecimento das RB como geradoras e garante dos serviços dos ecossistemas

Tarefas:

- A7.1.1- Identificação e mapeamento dos serviços dos ecossistemas da RBIC (incluir levantamentos do projeto LIFE Ilhas Santuário);
- A7.1.2- Identificar e definir novos biótipos a proteger;
- A7.1.3- Parcerias para recuperação de ecossistemas;
- A7.1.4- Manter espécies e dos habitats cujo estado de conservação é atualmente favorável;
- A7.1.5 - Melhorar do estado de conservação das espécies e habitats cujo estado de conservação é desfavorável;
- A7.1.6 - Identificar áreas degradadas e definir prioridades de intervenção;
- A7.1.7- Realizar projetos-chave no âmbito de ações concretas de restauração ecológica de áreas degradadas;
- A7.1.8- Realizar estudos para avaliação dos limiares da viabilidade ecológica de espécies presentes (aplicando e incluindo dados das monitorizações de aves marinhas desde 2009, as metodologias definidas pelo projeto MISTIC SEAS II e os resultados obtidos ao longo do MISTIC SEAS III);
- A7.1.9- Avaliar cenários de evolução climática e de impacte, à escala adequada, na presença e distribuição de espécies e habitats (parceria com tarefa A1.4.1 e tarefa A7.1.8);
- A7.1.10 - Definir para cada bioma os limites de uso sustentável e as necessidades de proteção total (ex: Caldeirão e a componente marinha protegida em volta da ilha);
- A7.1.11 - Parceria com projeto MOVE (FRCT);
- A7.1.12 – Monitorizar a IBA Marinha PTM05, através de censos regulares.

Entidades Responsáveis:

CGRBIC

Entidades Parceiras:

Comité Nacional MaB
Entidades de I&D+i
DRCT
ONGAS
DRA/PNI
DRAM

Cronograma de Execução:

2020	2021	2022	2023	2024	2025
X	X	X	X	X	X

Indicadores:

- N.º de RB com estudos sobre os serviços de ecossistema;
- Habitats e espécies com estatuto de conservação desfavorável abrangidos por medidas de conservação;
- N.º de ações de gestão, conservação ou recuperação de ecossistemas desenvolvidas nas RB.

Relação com outras Ações:

A1.4.1; A7.1.8

FICHA DE AÇÃO

Código e Designação da Ação:

A7.2 Avaliar a implementação de mecanismos para o pagamento dos serviços dos ecossistemas

Área Estratégica:

A - A Rede Mundial de Reservas da Biosfera como Modelo de Desenvolvimento Sustentável

Objetivo:

A7 - Reconhecimento das RB como geradoras e garante dos serviços dos ecossistemas

Tarefas:

A7.2.1- Avaliar a implementação de mecanismos para a remuneração dos serviços dos ecossistemas.

Entidades Responsáveis:

CGRBIC

Entidades Parceiras:

Município

DRA/PNI

Cronograma de Execução

2020	2021	2022	2023	2024	2025
	X	X	X	X	X

Indicadores:

- Desenvolvimento de estudos de quantificação/valoração económica dos serviços dos ecossistemas;
- Implementação de mecanismos para a valoração / pagamento dos serviços de ecossistemas.

Relação com outras Ações:

—

FICHA DE AÇÃO

Código e Designação da Ação:

A7.3 Implementar programas para conservar, manter e fomentar as espécies e variedades de valor económico e/ou cultural que suportam o aprovisionamento dos serviços dos ecossistemas

Área Estratégica:

A - A Rede Mundial de Reservas da Biosfera como Modelo de Desenvolvimento Sustentável

Objetivo:

A7 - Reconhecimento das RB como geradoras e garante dos serviços dos ecossistemas

Tarefas:

A7.3.1- Identificar e listar iniciativas/programas de gestão e conservação de espécies e subespécies e/e variedades de valor económico e/ou cultural (ex: n.º licenças para o estudo/manuseamento de animais selvagens; n.º projetos de investigação implementados pelo DOP e SPEA, n.º projetos de investigação associados à recuperação de áreas e espécimes de flora endémica e nativa);

A7.3.2 - Introduzir projetos e metodologias de engenharia natural para intervenções associadas à mitigação de riscos, intervenções em arribas, taludes; estruturas de proteção e de usufruto; minimizar os espaços impermeabilizados, etc;

A7.3.3 - Reforçar o sistema produtivo primário para otimizar a sua utilização de recursos e a produtividade, provendo pequenas iniciativas agrícolas e piscatórias que forneçam o mercado local e externo, num produto valorizado pela marca Biosfera;

A7.3.4 - Monitorizar os impactos na flora e na fauna e controlo do fluxo de visitantes nas áreas mais sensíveis;

A7.3.5 - Garantir a manutenção de ações de combate à flora invasora;

A7.3.6 - Estimular a criação de produtos exportáveis com base nas espécies existentes na ilha do Corvo;

A7.3.7 - Projeto para desenvolvimento de um sistema alimentar sustentável, inclusivo, resiliente às especificidades e exigências da ilha do Corvo e da sua periferidade, que seja seguro e diversificado, de modo a assegurar uma alimentação saudável e acessível a toda a população e a promover as iniciativas de gastronomia local nos serviços prestados a visitantes e ao ecoturismo;

A7.3.8 - Organizar periodicamente recreações de atividades tradicionais;

A7.3.9 - Estabelecimento de parcerias com o projeto RURITAGE (<https://www.ruritage.eu/project/>);

A7.3.10 – Incentivar a adoção de medidas de mitigação de poluição luminosa sobre as aves marinhas (mudança para luminárias adequadas, apagões, diminuição da intensidade luminosa nos períodos críticos de saída dos juvenis das aves marinhas).

Entidades Responsáveis:

CGRBIC

Entidades Parceiras:

DRA/PNI; Entidades de I&D+i

DRCT; ONGAS

Associações empresariais e de atividades económicas

DRAg – SDAFC

DRAM; Município

Cronograma de Execução:

2020	2021	2022	2023	2024	2025
X	X	X	X	X	X

Indicadores:

- N.º de iniciativas/programas de gestão e conservação de espécies e variedades de valor económico ou cultural;

- N.º de ações de monitorização e estudos realizados na reserva voluntária do caneiro dos Meros, bem como a publicação de artigos sobre esta.

Relação com outras Ações:

A1.5; A7.2

B - Colaboração inclusiva, dinâmica e orientada para os resultados e dinâmicas de rede dentro do Programa MaB e da Rede Mundial de Reservas da Biosfera

FICHA DE AÇÃO																		
Código e Designação da Ação: B1.1 (B1.2) Organização de programas regionais de formação, educação e capacitação (onde se integrem conhecimentos científicos, técnicos, de gestão, saberes tradicionais e resultantes de experiências práticas)				Área Estratégica: B - Colaboração inclusiva, dinâmica e orientada para os resultados e dinâmicas de rede dentro do MaB e da RMRB														
				Objetivo: B1 - Gestores das RB eficazes e atores locais interessados e comprometidos														
Tarefas: B1.1.1 - Programas regionais de formação, educação e capacitação organizados pela Rede Regional e ONGAS direcionados a diferentes público-alvo, com intercâmbio, por exemplo, entre escolas das 4 RB, e dentro da própria RB; B1.1.2 - Desenvolvimento das ações / tarefas A.1.2, A.1.4, A.1.5, A.1.6, A.4.3, A.7.1 e integração dos respetivos resultados; B1.1.3 - Desenvolvimento de um modelo de gestão e governação da RB assente em parceria de entidades públicas e privadas / ou associações da RB, de modo a envolver e comprometer cada vez mais a população e <i>stakeholders</i> da RB na sua gestão; B1.1.4 - Organização de uma equipa operacional para a gestão e implementação do Plano de Ação da RB, ou da rede regional das RB; B1.1.5 - Promover parcerias para a realização de programas de formação para as empresas que "operem" em áreas protegidas; B1.1.6 - Promover na ilha do Corvo (ou em parceria com outra RB) Cursos de Formação e Creditação para Guias da Reserva da Biosfera; B1.1.7 - Realização de inquéritos de conhecimento e satisfação sobre a Reserva da Biosfera.																		
Entidades Responsáveis: CGRBIC			Entidades Parceiras: DRA/PNI Entidades formadoras, de ensino e de I&D+i ONGAS															
Cronograma de Execução: <table border="1"> <thead> <tr> <th>2020</th> <th>2021</th> <th>2022</th> <th>2023</th> <th>2024</th> <th>2025</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>X</td> <td>X</td> <td>X</td> <td>X</td> <td>X</td> <td>X</td> </tr> </tbody> </table>							2020	2021	2022	2023	2024	2025	X	X	X	X	X	X
2020	2021	2022	2023	2024	2025													
X	X	X	X	X	X													
Indicadores: - N.º de programas regionais de formação, educação e capacitação organizados pela RBIC; - N.º de presenças de representantes e atores locais da RBIC que participaram em formações.																		
Relação com outras Ações: A.1.2, A.1.4, A.1.5, A.1.6, A.4.3, A.7.1																		

FICHA DE AÇÃO

Código e Designação da Ação:

B2.1 Promover a participação dos gestores das RB e de outros stakeholders nas reuniões das Redes regionais e temáticas

Área Estratégica:

B - Colaboração inclusiva, dinâmica e orientada para os resultados e dinâmicas de rede dentro do MaB e da RMRB

Objetivo:

B2 - Redes regionais e temáticas inclusivas

Tarefas:

B2.1.1 - Realização de reuniões da Rede Regional e de grupos temáticos regionais em que representante(s) da RBIC participa(m);

B2.1.2 - Realização de inquéritos de conhecimento e satisfação sobre a Reserva da Biosfera.

Entidades Responsáveis:

CGRBIC

Entidades Parceiras:

DRA/PNI

Cronograma de Execução:

2020	2021	2022	2023	2024	2025
X	X	X	X	X	X

Indicadores:

- N.º de reuniões de Redes e grupos temáticos e regionais em que representante(s) da RBIC participa(m).
- N.º de participantes e RB representadas

Relação com outras Ações:

—

FICHA DE AÇÃO

Código e Designação da Ação:

B4.1 Incentivar a criação de grupos de trabalho para desenvolver atividades e projetos de investigação

Área Estratégica:

B - Colaboração inclusiva, dinâmica e orientada para os resultados e dinâmicas de rede dentro do MaB e da RMRB

Objetivo:

B4 - Colaboração regional e temática eficaz

Tarefas:

B4.1.1 - Incentivar a criação de grupos de trabalho para desenvolver atividades e projetos de investigação de participantes e de RB envolvidas, como resultado das ações A.1.3, A.1.6, A.4.1, A.4.2, A.4.3., A.4.5 e A.6.2.

Entidades Responsáveis:

CGRBIC

Entidades Parceiras:

-

Cronograma de Execução:

2020	2021	2022	2023	2024	2025
X	X	X	X	X	X

Indicadores:

- N.º de programas/iniciativas de outras RB em que a RBIC participa.

Relação com outras Ações:

A.1.3, A.1.6, A.4.1, A.4.2, A.4.3., A.4.5 e A.6.2.

FICHA DE AÇÃO

Código e Designação da Ação:

B4.2 Fomentar trabalhos de campo e voluntariado ambiental entre as RB nacionais e outras da RMRB

Área Estratégica:

B - Colaboração inclusiva, dinâmica e orientada para os resultados e dinâmicas de rede dentro do MaB e da RMRB

Objetivo:

B4 - Colaboração regional e temática eficaz

Tarefas:

B4.2.1 - Fomentar trabalhos de campo e voluntariado ambiental entre as RB nacionais e outras da RMRB, como resultado das ações A.1.3, A.1.6, A.4.1, A.4.2, A.4.3, A.4.5 e A.6.2;

B4.2.2 - Desenvolvimento de parcerias com outras RB da RMRB (ex: Príncipe, Menorca) que promovam também o envolvimento e motivação dos atores locais de cada RB com a troca de experiências e casos práticos.

Entidades Responsáveis:

CGRBIC

Entidades Parceiras:

Comité Nacional MaB

Cronograma de Execução:

2020	2021	2022	2023	2024	2025
X	X	X	X	X	X

Indicadores:

- N.º de iniciativas de trabalho de campo e/ou voluntariado ambiental desenvolvidas pela RBIC em outras RB ou de outras RB na RBIC.
- N.º de participantes e de RB envolvidas.

Relação com outras Ações:

A.1.3, A.1.6, A.4.1, A.4.2, A.4.3, A.4.5 e A.6.2.

FICHA DE AÇÃO

Código e Designação da Ação:

B4.3 Fomentar intercâmbio de agentes sociais, comunidades educativas e gestores de RB entre as Redes

Área Estratégica:

B - Colaboração inclusiva, dinâmica e orientada para os resultados e dinâmicas de rede dentro do MaB e da RMRB

Objetivo:

B4 - Colaboração regional e temática eficaz

Tarefas:

B4.3.1 - Fomentar intercâmbio de agentes sociais, comunidades educativas e gestores de RB entre as Redes, como resultado da articulação com as ações A.2.1, A.4.1. e através de:

B4.3.2 - Desenvolvimento de feiras e mostras de produtos entre as RB regionais;

B4.3.3 - Promover a penetração, em mercados externos, de produtos com Denominação de Origem Protegida e/ou com certificação ecológica;

B4.3.4 - Desenvolvimento de parcerias com outras RB da RMRB (por exemplo: Príncipe, Menorca) que promovam também o envolvimento e motivação dos atores locais de cada RB com a troca de experiências e casos práticos e com RB da Rede de Reservas da Biosfera de Ilhas e Zonas Costeiras.

Entidades Responsáveis:

CGRBIC

Entidades Parceiras:

Comité Nacional MaB

Cronograma de Execução:

2020	2021	2022	2023	2024	2025
X	X	X	X	X	X

Indicadores:

- N.º de participantes e iniciativas da RBIC permutadas com outras RB.

Relação com outras Ações:

A.2.1, A.4.1

FICHA DE AÇÃO

Código e Designação da Ação:

B6.1 Criar e implementar Acordos de geminação entre RB de diferentes países e fomentar o intercâmbio técnico

Área Estratégica:

B - Colaboração inclusiva, dinâmica e orientada para os resultados e dinâmicas de rede dentro do MaB e da RMRB

Objetivo:

B6 - Cooperação transnacional e transfronteiriça entre as RB

Tarefas:

B6.1.1 - Desenvolvimento de parcerias com outras RB da Rede Nacional e da RMRB (por exemplo: Príncipe, Menorca) que promovam também o envolvimento e motivação dos atores locais de cada RB com a troca de experiências e casos práticos e com RB da Rede de Reservas da Biosfera de Ilhas e Zonas Costeiras.

Entidades Responsáveis:

CGRBIC

Entidades Parceiras:

Comité Nacional MaB

Cronograma de Execução:

2020	2021	2022	2023	2024	2025
X	X	X	X	X	X

Indicadores:

- N.º de acordos de geminação,
- N.º de elementos da RBIC que participaram em intercâmbios entre RB nacionais.

Relação com outras Ações:

—

FICHA DE AÇÃO

Código e Designação da Ação:

B7.1 Estabelecer uma Rede internacional de cientistas/ detentores de conhecimento que trabalhe nas RB ou com elas e que colabore com outras Redes de cientistas/ detentores de conhecimento (nacionais e internacionais)

Área Estratégica:

B - Colaboração inclusiva, dinâmica e orientada para os resultados e dinâmicas de rede dentro do MaB e da RMRB

Objetivo:

B7 - Criação de uma Rede interdisciplinar, ativa e aberta, de âmbito científico/ detentores de conhecimento com a visão do MaB e uma missão comum

Tarefas:

B7.1.1 - Estabelecer uma Rede internacional de cientistas/ detentores de conhecimento que trabalhe nas RB ou com elas e que colabore com outras Redes de cientistas/ detentores de conhecimento (nacionais e internacionais), como resultado das ações dos Objetivos A4 e B4.

Entidades Responsáveis:

CGRBIC

Entidades Parceiras:

Comité Nacional MaB

Cronograma de Execução:

2020	2021	2022	2023	2024	2025
X	X	X	X	X	X

Indicadores:

- N.º de especialistas/colaboradores de RB que, direta ou indiretamente, colaboram com a RBIC.
- Reabilitar um edifício no núcleo histórico para criar um pequeno "centro" de trabalho de investigação/ laboratório (com residência, etc);

Relação com outras Ações:

A4.1; A4.2; A4.3; A4.4; A4.5; B4.1; B4.2; B4.3

FICHA DE AÇÃO

Código e Designação da Ação:

B7.2 Desenvolver uma agenda comum de investigação e troca de conhecimentos para a Rede internacional

Área Estratégica:

B - Colaboração inclusiva, dinâmica e orientada para os resultados e dinâmicas de rede dentro do MaB e da RMRB

Objetivo:

B7 - Criação de uma Rede interdisciplinar, ativa e aberta, de âmbito científico/ detentores de conhecimento com a visão do MaB e uma missão comum

Tarefas:

B7.2.1 - Desenvolver uma agenda comum de investigação e troca de conhecimentos para a Rede internacional.

Entidades Responsáveis:

CGRBIC

Entidades Parceiras:

Comité Nacional MaB

Cronograma de Execução:

2020	2021	2022	2023	2024	2025
X	X	X	X	X	X

Indicadores:

- Identificar e listar o n.º de projetos comuns à RNRB.

Relação com outras Ações:

—

FICHA DE AÇÃO

Código e Designação da Ação:

B7.3 Desenhar e estabelecer mecanismos de transferência de resultados científicos e facilitar a sua incorporação na tomada de decisão

Área Estratégica:

B - Colaboração inclusiva, dinâmica e orientada para os resultados e dinâmicas de rede dentro do MaB e da RMRB

Objetivo:

B7 - Criação de uma Rede interdisciplinar, ativa e aberta, de âmbito científico/ detentores de conhecimento com a visão do MaB e uma missão comum

Tarefas:

B7.3.1 - Desenhar e estabelecer mecanismos de transferência de resultados científicos e facilitar a sua incorporação na tomada de decisão.

Entidades Responsáveis:

CGRBIC

Entidades Parceiras:

DRA/PNI

Entidades de I&D+i

Cronograma de Execução:

2020	2021	2022	2023	2024	2025
X	X	X	X	X	X

Indicadores:

- N.º de encontros de partilha de informação técnico/científica produzida ou aplicada em RB nos quais representantes da RBIC participaram.

Relação com outras Ações:

—

C - Parcerias externas eficazes, financiamento suficiente e sustentável para o Programa MaB e para a Rede Mundial de Reservas da Biosfera

FICHA DE AÇÃO																		
Código e Designação da Ação: C2.1 Criar e concretizar oportunidades de colaboração e parcerias no âmbito da UNESCO, outras organizações internacionais (exemplo IUCN, WWF, UNDP) e convenções internacionais (exemplo Convenção sobre a Biodiversidade, Alterações Climáticas, Desertificação, Ramsar)				Área Estratégica: C - Parcerias Externas eficazes, financiamento suficiente e sustentável para o Programa MaB e para RMRB														
				Objetivo: C2 - Reconhecimento do Programa MaB como parceiro-chave no âmbito da UNESCO e de outras organizações e convenções internacionais														
Tarefas: C2.1.1 - Promover oportunidades de colaboração e parcerias criadas e concretizadas pela RNRB no âmbito da UNESCO, outras organizações e convenções internacionais.																		
Entidades Responsáveis: CGRBIC Comité Nacional MaB				Entidades Parceiras: DRA/PNI														
Cronograma de Execução: <table border="1"> <thead> <tr> <th>2020</th> <th>2021</th> <th>2022</th> <th>2023</th> <th>2024</th> <th>2025</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>X</td> <td>X</td> <td>X</td> <td>X</td> <td>X</td> <td>X</td> </tr> </tbody> </table>							2020	2021	2022	2023	2024	2025	X	X	X	X	X	X
2020	2021	2022	2023	2024	2025													
X	X	X	X	X	X													
Indicadores: - N.º de colaborações e parcerias criadas e concretizadas.																		
Relação com outras Ações: -																		

FICHA DE AÇÃO

Código e Designação da Ação:

C3.1 Fomentar a organização de sessões de capacitação no âmbito da geração de receitas por atores locais e gestores das RB

Área Estratégica:

C - Parcerias Externas eficazes, financiamento suficiente e sustentável para o Programa MaB e para RMRB

Objetivo:

C3 - RB e redes regionais geradoras das suas próprias receitas

Tarefas:

C3.1.1 - Fomentar a organização de sessões de capacitação no âmbito da geração de receitas por atores locais e gestores das RB (ex. apanha de algas, agricultura biológica, uso da água, etc.), como resultado das ações A4.2, A4.3, A4.5, A5.2 e A5.3 e A5.4.

Entidades Responsáveis:

CGRBIC

Entidades Parceiras:

DRA/PNI

Cronograma de Execução:

2020	2021	2022	2023	2024	2025
X	X	X	X	X	X

Indicadores:

- N.º de sessões de capacitação realizadas;
- N.º de atores locais envolvidos na RB.

Relação com outras Ações:

A4.2, A4.3, A4.5, A5.2 e A5.3 e A5.4.

FICHA DE AÇÃO

Código e Designação da Ação:

C3.2 Promover parcerias para angariar fundos a partir de entidades externas com objetivos compatíveis com o Programa MaB

Área Estratégica:

C - Parcerias Externas eficazes, financiamento suficiente e sustentável para o Programa MaB e para RMRB

Objetivo:

C3 - RB e redes regionais geradoras das suas próprias receitas

Tarefas:

C3.2.1 - Promover parcerias para angariar fundos a partir de entidades externas com objetivos compatíveis com o Programa MaB (articular com Ação A5.3);

C3.2.1 - Gestão transversal entre as RB dos Açores do financiamento proveniente do Comité MAB (eeaGrants) para ações transversais dos seus planos de ação.

Entidades Responsáveis:

CGRBIC

Entidades Parceiras:

DRA/PNI

Comité Nacional MaB

Cronograma de Execução:

2020	2021	2022	2023	2024	2025
X	X	X	X	X	X

Indicadores:

- N.º de ações executadas na RBIC financiadas através de parcerias.

Relação com outras Ações:

A5.3

FICHA DE AÇÃO

Código e Designação da Ação:

C4.1 (C4.2) Criar oportunidades de colaboração e parcerias com o setor privado que sejam abertas, responsáveis e sustentáveis (exemplo: empresas nas áreas agrícolas, industriais, turismo, marketing)

Área Estratégica:

C - Parcerias Externas eficazes, financiamento suficiente e sustentável para o Programa MaB e para RMRB

Objetivo:

C4 - Reconhecimento do Programa MaB como parceiro-chave por parte do setor privado

Tarefas:

C4.1.1 - Criar oportunidades de colaboração e parcerias com o setor privado que sejam abertas, responsáveis e sustentáveis, como resultado das ações A4.2, A4.3, A4.5, A5.2 e A5.3 e A5.4.

Entidades Responsáveis:

CGRBIC

Entidades Parceiras:

Entidades e organizações empresariais e de atividades económicas
GAL

Cronograma de Execução:

2020	2021	2022	2023	2024	2025
X	X	X	X	X	X

Indicadores:

- N.º de colaborações/parcerias com o setor privado;
- N.º de eventos realizados para captação de recursos e parcerias;
- N.º de projetos financiados por privados na RBIC.

Relação com outras Ações:

A4.2, A4.3, A4.5, A5.2 e A5.3 e A5.4.

FICHA DE AÇÃO

Código e Designação da Ação:

C5.1 Criar oportunidades para financiamento de projetos e ações por programas de financiamento regionais, nacionais ou internacionais (exemplos: Fundos regionais; Horizon 2020, LIFE, PDR, Fundo EFTA, PT 2020; INTERREG, outros)

Área Estratégica:

C - Parcerias Externas eficazes, financiamento suficiente e sustentável para o Programa MaB e para RMRB

Objetivo:

C5 - Reconhecimento de que o Programa MaB contribui para o cumprimento dos objetivos dos Programas de financiamento nacionais e regionais

Tarefas:

C5.1.1 - Criar oportunidades de colaboração e parcerias com o setor privado que sejam abertas, responsáveis e sustentáveis, como resultado das ações A4.2, A4.3, A4.5, A5.2 e A5.3 e A5.4.

Entidades Responsáveis:

CGRBIC

Entidades Parceiras:

Entidades e organizações empresariais e de atividades económicas

GAL

DRA/PNI

DRAIC

DRCT

Cronograma de Execução:

2020	2021	2022	2023	2024	2025
X	X	X	X	X	X

Indicadores:

- N.º de projetos financiados por mecanismos financeiros regionais, nacionais e internacionais;
- N.º de Programas de financiamento com referência expressa à RBIC.

Relação com outras Ações:

A4.2, A4.3, A4.5, A5.2 e A5.3 e A5.4.

FICHA DE AÇÃO

Código e Designação da Ação:

C6.1 Assegurar orientação e formação aos empreendedores, às empresas e associações sociais que queiram participar nas RB

Área Estratégica:

C - Parcerias Externas eficazes, financiamento suficiente e sustentável para o Programa MaB e para RMRB

Objetivo:

C6 - Cativar empreendedorismo e empresas sociais nas atividades das RB

Tarefas:

C6.1.1 - Assegurar orientação e formação aos empreendedores, às empresas e associações sociais que queiram participar na RBIC (articulação com as ações A1.1, A1.5 e A4.5.).

Entidades Responsáveis:

CGRBIC

Entidades Parceiras:

Entidades e organizações empresariais e de atividades económicas

GAL

DRA/PNI

Entidades formadores, de ensino e I&D+i

Cronograma de Execução:

2020	2021	2022	2023	2024	2025
X	X	X	X	X	X

Indicadores:

- N.º de sessões de (in) formação sobre RB para empreendedores;
- N.º de empresas e associações de cariz social que participam na gestão das RB.

Relação com outras Ações:

A1.1, A1.5 e A4.5

FICHA DE AÇÃO

Código e Designação da Ação:

C7.2 Fomentar a utilização da marca RB em produtos e serviços de acordo com as normas/regulamento nacional

Área Estratégica:

C - Parcerias Externas eficazes, financiamento suficiente e sustentável para o Programa MaB e para RMRB

Objetivo:

C7 - Reconhecimento nacional e internacional das RB

Tarefas:

C7.1.1 - Fomentar a utilização da marca “Biosfera Açores” em produtos e serviços de acordo com o regulamento (Portaria n.º 27/2011, de 28 de abril) (realização de feiras e divulgação, etc. – por exemplo: ação A1.3) e promover sessões de esclarecimento do que significa ter a marca “Biosfera Açores” e os benefícios que tem para ambas as partes (produtor e a RB);
C7.1.2 - Analisar a viabilidade de associar a marca “Biosfera Açores” à marca “Açores”, em alguns sectores, como por exemplo: Artesanato.

Entidades Responsáveis:

CGRBIC

Entidades Parceiras:

Entidades e organizações empresariais e de atividades económicas
GAL
DRA/PNI
DRAIC / SDEA
Município

Cronograma de Execução:

2020	2021	2022	2023	2024	2025
X	X	X	X	X	X

Indicadores:

- N.º de produtos e serviços que utilizam a marca “Biosfera Açores”.

Relação com outras Ações:

A1.3

FICHA DE AÇÃO

Código e Designação da Ação:

C8.1 Encorajar a promoção e o marketing conjuntos dos produtos e serviços das RB, entre elas e fora delas

Área Estratégica:

C - Parcerias Externas eficazes, financiamento suficiente e sustentável para o Programa MaB e para RMRB

Objetivo:

C8 - Potenciar as sinergias entre as RB

Tarefas:

C8.1.1 - Encorajar a promoção e o marketing conjuntos dos produtos e serviços das RB Nacionais (articulação com as ações A1.3) e com a marca "Açores" (articulação com a Ação C7.2);

C8.1.2 – Candidatura conjunta para promoção e marketing entre as RB dos Açores para acesso ao financiamento proveniente do Comité MAB (eeaGrants) para ações transversais dos seus planos de ação.

Entidades Responsáveis:

CGRBIC

Entidades Parceiras:

DRA/PNI

Comité Nacional MaB

Cronograma de Execução:

2020	2021	2022	2023	2024	2025
X	X	X	X	X	X

Indicadores:

- N.º de ações de marketing conjuntas entre RB.

Relação com outras Ações:

A5.2, A5.4, C3.2

FICHA DE AÇÃO

Código e Designação da Ação:

C8.2 Facilitar informação às Agências de Viagem e Postos de Turismo sobre as RB e os produtos e serviços acreditados com a marca RB

Área Estratégica:

C - Parcerias Externas eficazes, financiamento suficiente e sustentável para o Programa MaB e para RMRB

Objetivo:

C8 - Potenciar as sinergias entre as RB

Tarefas:

C8.2.1 - Facilitar informação às Agências de Viagem e Postos de Turismo sobre os produtos e serviços locais acreditados com a marca "Biosfera Açores".

Entidades Responsáveis:

CGRBIC

Entidades Parceiras:

DRA/PNI
DRTu

Cronograma de Execução:

2020	2021	2022	2023	2024	2025
X	X	X	X	X	X

Indicadores:

- N.º de produtos e serviços promovidos junto de Postos de turismo e Agências de viagens nomeadamente na área do ecoturismo e turismo rural.

Relação com outras Ações:

—

D - Comunicação, informação e divulgação de dados de forma inteligível, moderna, aberta e transparente

FICHA DE AÇÃO						
Código e Designação da Ação: D1.1 Implementar a política de Acesso aberto adotada pela normativa do CCI de 2014 e os princípios e práticas da Ciência Aberta				Área Estratégica: D - Comunicação, informação e divulgação de dados de forma inteligível, moderna, aberta e transporte		
				Objetivo: D1 - Disponibilização total de documentos, dados, informação e outros materiais MaB – Acesso aberto		
Tarefas: D1.1.1 - Implementar a política de Acesso Aberto adotada pela normativa do CCI de 2014 e os princípios e práticas da Ciência Aberta.						
Entidades Responsáveis: CGRBIC			Entidades Parceiras: DRA/PNI Comité Nacional MaB DRCT			
Cronograma de Execução:						
2020	2021	2022	2023	2024	2025	
X	X	X	X	X	X	
Indicadores: - N.º de documentos disponíveis nos sites das RB, da CNU e do Comité MaB; - N.º de pedidos de informação solicitada e respondida.						
Relação com outras Ações: –						

FICHA DE AÇÃO

Código e Designação da Ação:

D2.1 Criar uma Estratégia de comunicação e um Plano de ação

Área Estratégica:

D - Comunicação, informação e divulgação de dados de forma inteligível, moderna, aberta e transporte

Objetivo:

D2 - Promover um maior conhecimento sobre os vários aspetos do Programa MaB (integra a ação A2.4)

Tarefas:

D2.1.1 - Desenvolver o Plano de Ação de Comunicação e Imagem para a RBIC e para a Rede Regional no global, suportado pela criação de um sitio WEB para as Reservas da Biosfera dos Açores e com um separador específico para cada uma das RB, que contemple:

- Definir normas, critérios e boas práticas, atividades específicas de divulgação, entre outras para a gestão e governança de cada reserva da Biosfera;
- Identificar mecanismos e ferramentas de participação pública e processos de transparência.

Entidades Responsáveis:

DRA/PNI

Entidades Parceiras:

CGRBIC
Comité Nacional MaB

Cronograma de Execução:

2020	2021	2022	2023	2024	2025
X	X	X	X	X	X

Indicadores:

- Existência de uma Estratégia de comunicação para as RB dos Açores

Relação com outras Ações:

D2.2

FICHA DE AÇÃO

Código e Designação da Ação:

D2.2 Implementar o Plano de ação de comunicação

Área Estratégica:

D - Comunicação, informação e divulgação de dados de forma inteligível, moderna, aberta e transporte

Objetivo:

D2 - Promover um maior conhecimento sobre os vários aspetos do Programa MaB (integra a ação A2.4)

Tarefas:

D2.2.1 - Implementar o Plano de Ação de Comunicação e imagem (nomeadamente com criação de uma "mascote" específica para RB do Corvo) e que envolva iniciativas como concursos de fotografia, vídeos ou outros ligados à(s) temática(s) das RB;
D2.2.2 - Disponibilização de *flyers* e outros materiais de divulgação da RB em museus, escolas, restaurantes, alojamento turístico.

Entidades Responsáveis:

DRA/PNI
CGRBIC

Entidades Parceiras:

Comité Nacional MaB

Cronograma de Execução:

2020	2021	2022	2023	2024	2025
X	X	X	X	X	X

Indicadores:

- N.º de iniciativas do Plano de ação de comunicação realizadas.

Relação com outras Ações:

D2.1

FICHA DE AÇÃO

Código e Designação da Ação:

D3.1 Utilizar as redes sociais e outras novas tecnologias de informação e comunicação

Área Estratégica:

D - Comunicação, informação e divulgação de dados de forma inteligível, moderna, aberta e transporte

Objetivo:

D3 - Promover maior alcance e participação – Redes sociais

Tarefas:

D3.1.1 - Desenvolvimento da comunicação das RB através das redes sociais.

Entidades Responsáveis:

CGRBIC

Entidades Parceiras:

DRA/PNI

Cronograma de Execução:

2020	2021	2022	2023	2024	2025
X	X	X	X	X	X

Indicadores:

- N.º de RB com perfis/divulgação oficial em redes sociais.

Relação com outras Ações:

D2.1; D2.2

E - Governança efetiva do programa MaB da Rede Mundial de Reservas da Biosfera e no interior destas

FICHA DE AÇÃO						
Código e Designação da Ação: E4.1 Contribuir de forma efetiva para as Redes regionais e temáticas em que o Comité MaB ou a RBIC participa (em particular através das ações da área estratégica B)				Área Estratégica: E - Governança Efetiva do Programa MaB, da RMRB e no interior das RB		
				Objetivo: E4 - Contribuir de forma efetiva para as Redes regionais e temáticas em que o Comité MaB ou a RBIC participa (em particular através das ações da área estratégica B)		
Tarefas: E4.1.1 - Contribuir de forma efetiva para as Redes regionais e temáticas em que o Comité MaB ou a RBIC participa através da implementação das ações da Área Estratégica B, especificamente das ações dos Objetivos B4, B6 e B7, e da Área Estratégica C, das ações dos Objetivos C3, C6 e C8.						
Entidades Responsáveis: CGRBIC			Entidades Parceiras: DRA/PNI Comité Nacional MaB			
Cronograma de Execução:						
2020	2021	2022	2023	2024	2025	
X	X	X	X	X	X	
Indicadores: - N.º de presenças da RBIC em reuniões das Redes. - Promover protocolos de cooperação e/ou participação ativa na definição de ações conjuntas; - (indicadores e reporte dos resultados das ações das Áreas Estratégicas B e C)						
Relação com outras Ações: Ações dos Objetivos B4, B6 e B7 e dos Objetivos C3, C6 e C8.						